



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1603/09	DATA: 25/09/2009
INÍCIO: 15h54min	TÉRMINO: 19h43min	DURAÇÃO: 03h48min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h48min	PÁGINAS: 72	QUARTOS: 46

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FLÁVIO DECAT DE MOURA – Diretor-Presidente da Companhia Energética de Alagoas – CEAL.
NELSON FONSECA LEITE – Diretor da CEAL – Regulação e Controle.
MAURÍCIO ACIOLI TOLEDO – Secretário da Fazenda de Alagoas.
LUCIANO CHAGAS DA SILVA – Representante do Ministério Público Estadual de Alagoas.
GEOLVANI DE OLIVEIRA SILVA – Presidente do Conselho de Consumidores da Companhia Energética de Alagoas – CEAL.
ARIOVALDO STELLE – Participante.
RODRIGO CUNHA – Superintendente do PROCON do Estado de Alagoas.
PAULÃO – Deputado Estadual por Alagoas.
JANE TIBÉRIA – Participante.
OSMAR SANTOS – Participante.

SUMÁRIO: Esclarecimentos à CPI acerca de tarifas de energia elétrica no Estado de Alagoas.

OBSERVAÇÕES

Reunião de audiência pública realizada no Plenário da Assembleia Legislativa de Alagoas.
Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há falha na gravação.



O SR. FERNANDO TOLEDO - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Deputados Federais que nos honram com as suas visitas à Assembleia Legislativa de Alagoas, senhores servidores da Assembleia, telespectadores da *TV Assembleia*, declaro aberta a reunião da CPI Tarifária da Energia Elétrica, que está sendo realizada nesta Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

Quero agradecer aos Deputados Federais aqui presentes, ao Presidente da CPI, Deputado Eduardo da Fonte; ao Relator, Deputado Alexandre Santos; aos Deputados Maurício Quintella, Antônio Carlos Chamariz, Francisco Tenório; ao Presidente da Câmara de Vereadores, Deputado Dudu Holanda; aos demais participantes desta CPI.

Passo, neste momento, a direção dos trabalhos da CPI ao seu Presidente, o Deputado Eduardo da Fonte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Quero agradecer ao Presidente desta Assembleia, Deputado Fernando Toledo, por ter autorizado e oferecido os recursos humanos e materiais para a realização desta reunião nesta Casa Legislativa.

Gostaria de agradecer a presença ao meu amigo, meu irmão, Deputado Maurício Quintella; ao meu amigo, meu irmão, Deputado Augusto Farias; ao meu irmão, meu amigo, Deputado Chamariz; ao meu amigo, meu irmão, Deputado Francisco Tenório; e também ao meu amigo, meu irmão, Deputado Carlos Alberto Canuto, e dizer da grande relação que nós temos com todos os Deputados de Alagoas, da importância desta audiência pública vir ao Estado de Alagoas para que possamos ouvir os problemas deste Estado, que é um Estado tão importante para o nosso País.

Quero agradecer ao nosso Relator, Deputado Alexandre Santos, e convidá-lo para que possa fazer parte da Mesa e dizer, neste momento, que é muito importante para os trabalhos da CPI das Tarifas de Energia Elétrica poder estar aqui hoje discutindo com o povo de Alagoas esses problemas que, com certeza, prejudicam muito o orçamento da família alagoana e o desenvolvimento do Estado de Alagoas.

Gostaria de convidar o Deputado Maurício Quintella, o Deputado Chamariz, o Deputado Augusto Farias, o Deputado Francisco Tenório e o Deputado Carlos Alberto Canuto para que tomem assento à mesa. Quero convidar também para que



possamos iniciar a audiência pública o Dr. Flávio Decat de Moura, Diretor-Presidente da Companhia Energética de Alagoas; o Dr. Maurício Acioli Toledo, Secretário de Estado da Fazenda de Alagoas; o Dr. Geolvani de Oliveira Silva, Presidente do Conselho de Consumidores da Companhia Energética de Alagoas; o Sr. Procurador de Justiça Luciano Chagas da Silva, representante do Ministério Público do Estado de Alagoas; e o Sr. Rodrigo Cunha, superintendente do PROCON do Estado de Alagoas.

Esta audiência pública decorre da aprovação do Requerimento n.º 37, de 2009, do Relator, Deputado Alexandre Santos, e do Requerimento n.º 41, de 2009, de autoria dos Deputados Maurício Quintella Lessa e Chamariz.

Gostaria, neste momento, de passar a presidência dos trabalhos ao Deputado Maurício Quintella Lessa. Antes, gostaria de agradecer ao Deputado Alberto SextaFeira a sua presença; ao Deputado Fernando Toledo, nosso Presidente, mais uma vez; ao Deputado Paulão e ao Presidente da Câmara de Vereadores, Dudu, meu xará e meu amigo.

E agora passo a Presidência ao Deputado Maurício Quintella, para que S.Exa. possa dar início aos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Maurício Quintella Lessa) - Boa tarde a todos os presentes.

Eu queria, em nome do Presidente Fernando Toledo, saudar e agradecer a todos os membros do Legislativo alagoano; agradecer a presença aos Deputados Eduardo da Fonte, Presidente da CPI da Conta de Luz; ao nosso Deputado Alexandre Santos, que é o Relator Geral da CPI; aos Deputados Federais aqui presentes, que já foram todos devidamente saudados pelo nosso Presidente.

Nós orientaremos os trabalhos da seguinte forma: daremos primeiro a palavra aos convidados, ao Secretário da Fazenda do Estado, ao Presidente da CEAL, ao Presidente do Conselho dos Consumidores, ao Ministério Público e ao PROCON. Depois facultaremos a palavra aos Deputados Federais, aos membros da CPI e, em seguida, aos Deputados Estaduais. Na plateia, quem por ventura quiser fazer alguma pergunta, pedimos que se inscreva e envie por escrito a essa Mesa.

Então, eu passo, primeiro, a palavra ao Dr. Flávio Decat de Moura, Presidente da CEAL, para a sua exposição.



O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA - Deputado Maurício da Fonte, Deputado Quintella, que preside esta reunião; meu caro amigo Deputado Alexandre Santos; Srs. Deputados; Deputado Augusto Farias; demais Parlamentares presentes; Deputado Paulão, meu antecessor; Dr. Joaquim Brito; Presidente, trouxe uma pequena apresentação e eu não sei como é que o senhor quer conduzir a sessão. Se pudermos fazer a apresentação, eu chamaria meu Diretor de Assuntos Regulatórios, Dr. Nelson Fonseca Leite, que, então, faria esta apresentação, que acho que ilustra. São poucos *slides*, mas dá uma ideia boa de como é que está a questão tarifária da CEAL.

O SR. NELSON FONSECA LEITE - Boa tarde, Deputado Maurício Quintella, demais Deputados, autoridades componentes da Mesa, colegas da CEAL, senhoras e senhores, nós iremos contextualizar aqui a questão do processo de revisão tarifária no modelo do setor elétrico brasileiro.

(Segue-se exibição de imagens.)

O negócio de distribuição de energia elétrica no Brasil é uma concessão do Governo Federal prevista no art. 175 da Constituição. Ou seja, o Governo entrega para terceiros fazer uma atividade que deveria ser feita pelo Governo. E essa atividade, para ser feita, ela é regida por um contrato de concessão. Existe um órgão regulador chamado Agência Nacional de Energia Elétrica, e a Agência Nacional de Energia Elétrica tem a incumbência de zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

Então, a cada 4 anos, a Agência Nacional de Energia Elétrica promove o que nós chamamos de revisão tarifária. Nessa revisão tarifária é revisto o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, são analisados os custos e é estabelecida uma receita máxima permitida para que a empresa conduza os serviços de operação, manutenção e atendimento a clientes e todos os serviços inerentes à concessão e o acionista tenha a remuneração adequada pelos investimentos realizados. Se houver algum fato relevante no intervalo entre 2 revisões tarifárias, pode ocorrer uma revisão extraordinária sempre que houver um fato novo que assim exigir. E a cada ano, então, nós temos o chamado reajuste tarifário, que visa preservar o equilíbrio econômico-financeiro, corrigindo, então, os valores estabelecidos na revisão tarifária



pela inflação, por um indexador da inflação. Então, esses 3 eventos aí são os eventos que alteram as tarifas de uma concessão de distribuição de energia elétrica.

O modelo institucional do setor elétrico brasileiro prevê a segregação das atividades com a atividade de geração totalmente voltada para a competição entre os agentes e as atividades de transmissão e distribuição com uma forte regulação, por se tratar de um monopólio natural. Ou seja, não tem sentido, na distribuição de energia elétrica, nós termos 2 companhias atuando numa mesma área geográfica, construindo 2 redes paralelas, para que o cliente possa optar pela companhia A ou pela companhia B. Isso traria uma desotimização econômica e, naturalmente, aumentaria o custo do serviço.

Então, por se tratar de um monopólio natural, o que o regulador faz? Ele faz o papel de criar uma empresa virtual, que nós chamamos de empresa de referência, com os custos de referência para distribuir energia elétrica numa área geográfica igual àquela área de concessão, com aquela densidade de carga, com aquele tipo de consumo e para atender aquele mercado. E estabelece, então, a receita máxima permitida para a distribuidora naquela área. E a atividade de comercialização é totalmente voltada também para a competição.

Este *slide* mostra a divisão do bolo da tarifa de energia elétrica. Do que o consumidor paga, de cada 100 reais que o consumidor paga, 39 vão para cobrir impostos e encargos, 25 ficam com a empresa de distribuição, 7 vão para a empresa de transmissão e 29 vão para pagar a energia comprada da geradora. Se aparecesse um mariano aqui que não conhecesse nada e visse o fluxo de caixa dessa empresa e perguntassem para ele: “O que que é isso aqui?”. Ele iria dizer: “Olha, isso aqui é uma grande arrecadadora de impostos, porque a maior fatia do bolo vai, naturalmente, para cobrir impostos e encargos”.

Aqui nós temos o ICMS, os impostos que nós temos incidentes aqui no Estado de Alagoas. O imposto aqui é isento para os consumidores residenciais até 30, de zero a 30 quilowatts/hora, e ele é progressivo a partir de 31 quilowatts/hora, até 150 quilowatts, com uma alíquota de 17%. E acima de 150 quilowatts tem uma alíquota de 25%, com mais 2% de um fundo especial para erradicação da pobreza. Eu não vou tecer maiores comentários sobre isso aqui porque o Secretário da Fazenda está aqui. Provavelmente, ele pode falar mais detalhadamente sobre isto.



Aqui é uma participação de cada segmento na composição da receita da distribuidora, da concessionária. Vocês podem até estranhar, porque tem ali: tributos, 25,6%, e eu tinha falado anteriormente lá em 39, mas aquilo ali é por dentro. É porque, na realidade, quando você calcula o ICMS, a legislação que estabeleceu a metodologia de cálculo do ICMS prevê que você calcula por dentro, você calcula em cima do montante total que foi pago. Então, quando você pega uma conta de, por exemplo, 60 reais, você adiciona o ICMS em cima dela e aí você calcula a alíquota com o ICMS somado. Esse é o processo que a gente chama de calcular por dentro. Então, aqueles 25 mais os 4,92 lá dos encargos se transformam em 39, quando você faz a divisão do bolo.

Aqui é uma mostra de como é que é essa divisão do bolo em outros países, só para nós termos uma comparação. Aquilo que no Brasil, encargos e tributos, representa 39% da fatia do bolo, nós temos, por exemplo, em Portugal, representa 4%. E temos no Reino Unido em torno também de 4%. Ou seja, nós temos uma forte participação dos encargos e tributos na formação da tarifa no Brasil.

Esse percentual de 25%, essa fatia do bolo de 25% que cabe à distribuidora de energia elétrica, ela é dividida em 2 parcelas. Uma parcela, que nós chamamos de parcela A, que é uma parcela de custos não gerenciáveis, é o que nós chamamos de *pass-through*. São itens que compõem a tarifa de energia elétrica, mas que a distribuidora de energia elétrica é uma mera arrecadadora, porque eles entram e saem. Por exemplo, a energia comprada. A distribuidora recebe o valor e passa para a geradora. Se, por um acaso, ela comprar energia num leilão a um preço mais alto, ela repassa isso automaticamente para a tarifa e arrecada um valor maior. Se a energia no leilão caiu, ela comprou uma energia mais barata, ela repassa essa diminuição. Então, a parcela A não implica nenhum lucro, nenhum ganho para a distribuidora. E a parcela B, que são os custos gerenciáveis, é que permite à companhia distribuidora arcar com os custos de operação, manutenção, remuneração do capital e depreciação dos ativos. A parcela B representa 43% daqueles 25% da distribuidora e a parcela A representa 57% dos 25% que cabem à distribuidora.

Aqui nós temos, então, no caso específico da CEAL, os valores da parcela A e os valores da parcela B. A CEAL gasta anualmente com compra de energia 259



milhões, com o pagamento do transporte de energia, que é a parcela que cabe à transmissora, 36%, e, com encargos setoriais, 39 milhões. Isso dá um total de parcela A de 355 milhões. A parcela B da CEAL, que é realmente a parte dos custos gerenciáveis, corresponde a 248 milhões, sendo a empresa de referência, que é aquela empresa virtual que a ANEEL criou para estabelecer os custos máximos reconhecidos para a empresa distribuidora, no caso da CEAL, é de 147 milhões. Isso não significa que a CEAL tenha um gasto de 147 milhões. Os gastos da CEAL são maiores. Ou seja, se nós formos adequar essa empresa de referência, nós teremos que ter uma redução de custos para atingir esses 147 milhões. Temos aí um reconhecimento de receitas irrecuperáveis de 0,9%, o que dá mais 7 milhões; a remuneração do capital é de 55 milhões; e a quota de reintegração, de 38 milhões, dando um total de 248 milhões da parcela B. Isso, somando a parcela A com a parcela B, no caso da CEAL, dá uma receita requerida de 584 milhões. Bom, dessa receita requerida de 584 milhões, a ANEEL, então, deduz outras receitas da concessão, que são receitas que a empresa obtém de outros negócios, tipo aluguel de poste para companhia telefônica, cobrança de valores na conta, algum outro negócio que não seja ligado ao negócio de distribuição elétrica, e ela tem uma receita adicional. Então, isso aí contribui para a modicidade tarifária. Com isso, dá, então, uma receita requerida de 582 milhões. Como nós, com o mercado atendido e com aquela tarifa vigente, tínhamos uma receita verificada de 707, então tivemos uma redução de tarifa de 17,71%.

Aqui nós temos uma comparação — aquela tabela ali é difícil ler a uma distância maior —, mas temos uma comparação entre o que nós temos de despesa na CEAL e o que nós temos de reconhecimento na tarifa. Dá para perceber claramente ali que os custos reconhecidos na tarifa são menores do que os custos reais praticados pela empresa.

Este gráfico aqui mostra o resultado da revisão tarifária que nós tivemos agora, no mês de agosto, implantada a partir do dia 28 de agosto pela ANEEL, com aquela redução... Aquela redução de 17,7%, na realidade, ela é percebida pelo cliente, na média, porque tem alguns componentes financeiros que entram lá, ela é percebida em 16,5%. Quer dizer, a nossa tarifa média, antes do reposicionamento



tarifário, era 304,11 reais por megawatt/hora, passou para 254,02 reais por megawatt/hora. Essa tarifa média é a tarifa média para o mercado residencial.

Vocês podem ver ali que, considerando uma inflação prevista de 5% ao ano para os próximos 4 anos e essa inflação sendo utilizada para corrigir os valores de tarifa nos próximos 4 anos, através dos reajustes anuais de tarifa, nós chegaremos, ao final do ciclo, com uma tarifa de 280,83 reais por megawatt/hora, que, mesmo assim, ainda é muito menor que os 304,11 reais que nós tínhamos antes da revisão tarifária.

Este aqui é um gráfico que mostra a tarifa das 64 distribuidoras filiadas à ABRADEE, que é a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica. E nós temos aí a CEAL em 43º lugar, com uma tarifa média de 313,90 reais. Considerando todos os postos tarifários, a CEAL está em 43º lugar.

É muito importante nós verificarmos que a CEAL, 4 anos atrás, tinha 18 mil quilômetros de linhas e redes, e agora ela tem 30 mil quilômetros de linhas e redes. Ou seja, em 4 anos, nós tivemos 66% a mais de quilômetros de redes de distribuição e tivemos 24% a mais de número de consumidores — nós passamos de 657.908 consumidores para 819.432. Significa: se temos mais rede, precisamos de mais recursos para fazer manutenção nas redes; se temos mais consumidores, precisamos também de mais recursos para fazer a leitura dos consumidores, entrega de contas, faturamento e todos os processos inerentes ao atendimento aos consumidores.

Com relação à satisfação dos clientes da CEAL, em 2008, a ABRADEE fez uma pesquisa de satisfação dos clientes, e o Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida foi de 65,8%; em 2009, na mesma pesquisa, esse índice foi de 75,2%. Ou seja, nós tivemos um aumento de 14% em relação ao ano anterior. E, no indicador Índice de Satisfação com o Preço Percebido, que é uma avaliação de como o cliente percebe os preços praticados pela empresa, nós aumentamos a satisfação dos clientes de 13,4 para 37,5, com um aumento de 179%.

E, como o último esclareceu aqui, eu queria mostrar o que a atual gestão da CEAL está fazendo para melhorar a qualidade dos serviços, que é um investimento maciço nas nossas redes, na expansão do sistema e no Programa Luz para Todos. Em 2008, nós tivemos um investimento de 89,4 milhões; em 2009, nós estamos



investindo 175 milhões — quer dizer, praticamente dobramos aí o investimento de 2008 para 2009; e, em 2010, nós temos um planejamento para investir 284,6 milhões de reais, buscando melhorar cada vez mais a qualidade do fornecimento de energia elétrica para o Estado de Alagoas.

Muito obrigado. Era isso o que eu tinha a apresentar.

O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA - Se me permite, Presidente, destacando da apresentação e contribuindo aqui, Presidente, para as discussões, eu acho que uma das questões relevantes é que, de cada 100 reais que o consumidor paga na sua conta, 39 são impostos. Dos 61 restantes, só ficam na empresa distribuidora cerca de 15 reais, para que ela faça a sua manutenção, pague o seu pessoal. E isso é um problema muito sério.

Quando vem a ANEEL, pressionada pela opinião pública porque o preço da energia — que não é só a tarifa, é a tarifa mais imposto — está caro, e reduz, está reduzindo em cima da empresa de distribuição.

Então, nós aqui na CEAL vamos reduzir. A empresa, em que hoje nós gastamos 188 milhões, que “não está uma Brastemp”, com todo o recurso que nós já investimos aqui, de qualidade, nós vamos ter de reduzir 40 milhões. Vamos ter de demitir?

Nem todas as cidades, nem todos os municípios aqui de Alagoas têm atendimento presencial da CEAL. Precisam ter. Trinta ou 35 não têm. Então, nós precisamos aumentar a nossa qualidade, ou então vem a ANEEL e nos aplica um redutor tarifário dessa ordem.

Então, o processo precisa ser revisto. A energia está cara, a que nós compramos; os impostos estão elevados. Nós temos as nossas deficiências, as perdas são elevadas, nós podemos reduzir e otimizar os nossos custos, mas o processo está errado, o processo precisa ser corrigido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Maurício Quintella Lessa) - Bom, nesta primeira fase, a palavra fica facultada aos expositores, e depois a gente entra na fase de debate.

Então, com a palavra o Dr. Maurício Acioli Toledo, Secretário de Estado da Fazenda de Alagoas.



O SR. MAURÍCIO ACIOLI TOLEDO - Deputados Federais aqui presentes, que cumprimento em nome do Deputado Chico Tenório; Deputados Estaduais, que cumprimento na pessoa do Deputado Paulão.

Bom, na Secretaria da Fazenda não tem uma explicação muito complexa porque, de fato, é só... quais são as alíquotas aplicadas sobre aquele custo de energia elétrica, sobre aquela tarifa autorizada. O Estado de Alagoas hoje pratica — e que já foi colocado aqui na apresentação anterior — até 30 quilowatts, monofásico, ele é isento; como 100 quilowatts, em trifásico; e 3 mil quilowatts para produtor rural. A partir daí, a alíquota é de 17%, à exceção dos consumidores acima de 150 quilowatts, que têm 25% de alíquota, mais 2% de FECOEP.

Então, a legislação é simples. A energia elétrica é um componente muito importante da arrecadação estadual: hoje ele fica em torno de 10% a 11% do total do ICMS. Ele faz parte do grupo dos 3 grandes contribuintes: energia elétrica, comunicação e combustíveis.

No mais, Presidente, as alíquotas são taxadas em cima da tarifa. Aí, sim, tem um processo todo complexo de apuração. O que se pode discutir aqui é se ela está adequada, se ela não está adequada. Dentro de uma composição de custo de impostos nacionais, a gente já sabe que todos são muito elevados. Na verdade, a gente precisa analisar quais são os serviços públicos oferecidos à população e qual a capacidade dos Estados, dos Municípios e da União de poder fazer frente a esses custos. Então, tudo isso faz parte, como se fosse uma composição tarifária.

Se nós tivermos de fazer aqui algumas ponderações sobre o fato de alíquota, a gente teria de buscar, um pouco atrás, como é a composição das receitas dos Estados. Qual é a tendência? A tendência é de que se exija do Estado uma mesma capacidade de fazer serviço público. Mas como? Como o Estado de Alagoas pode ser comparado ao Estado de São Paulo nas exigências de serviços públicos? E não estou falando do montante, estou falando daquilo que seria serviços *per capita*, que são quase todos. Você atende com saúde pública de forma *per capita*; você atende com educação de forma *per capita*; você faz segurança pública de forma *per capita*.

O que nós temos hoje? Grandes distorções entre as arrecadações e uma mesma legislação. Você tem uma mesma legislação de compromissos, e você tem ela para toda a Nação. E como você vai poder fazer a arrecadação? Em cima do seu



PIB. Ninguém tira mais do que pode ser permitido ali, à exceção dessas tarifas que são feitas nesses 3 componentes que são mais fáceis de arrecadação.

Aí a gente pergunta: e o FPE? Qual é o compromisso do FPE? Não deveria ser ele de recompor as capacidades dos Estados de fazer serviço público? Mas ele está atendendo hoje, como FPE? Talvez, em termos de tarifa, a gente tivesse de levar essa discussão para a arrecadação estadual e também aos municípios, que também têm o mesmo problema.

Hoje, se você for olhar, existem arrecadações compostas entre FPE e ICMS que distorcem um Estado de outro em 3, 4 vezes a sua arrecadação *per capita*. Isso é possível? Como é que nós vamos corrigir isso? Tem de ser através de processo federativo. E, quando se fala em desenvolvimento regional, a gente procura onde está o instrumento de desenvolvimento regional. Você também não consegue ele. Como é que nós vamos fazer, chamar uma legislação que é para todos, se no início ela não tem a mesma base? Como é que o Estado de Alagoas pode concorrer na quitação de empresas, se ele não tem a mesma condição de investimento?

Aí volta um pouco o que o Presidente Flávio estava colocando. Nós precisamos ter muito cuidado com relação a isso, sobre as redes de extensão, porque são através desses investimentos, que ficam tolhidos... Porque as outras obrigações são obrigações, e ele vai ter de ser pago — o imposto vai ser pago, se não a Fazenda vai cobrar.

Então, é mais ou menos essa relação que precisa ser ponderada. Qual a capacidade do Estado de fazer serviço público? Porque nós estamos tendo hoje uma legislação federal, mas não estamos tendo a capacidade de fazer arrecadações também nos mesmos patamares. Isso dá uma grande distorção, que precisa urgentemente ser corrigida, ou através de financiamentos, ou de fundos de desenvolvimento regional, ou da própria rediscussão do FPE — redistribui-lo de forma que você possa só dar dinheiro àquele que tem ICMS depois que você tiver recomposto a mesma arrecadação *per capita* dos outros Estados. Não se pode exigir desses Estados que eles tenham os mesmos compromissos ou a mesma qualidade de serviço público.

E o que a gente está vendo hoje são discussões, sempre nacionais, de que — e é óbvio que isso está correto; não está aqui nenhuma crítica — o servidor público



do Estado de Alagoas não pode ganhar menos do que o servidor público do Estado de São Paulo, para fazer a mesma coisa, ou que essa diferença não seja de 3 vezes. Mas como, se a arrecadação dele é 2 vezes maior do que a nossa? *Per capita*, estou falando.

Então, nós precisamos fazer uma discussão mais ampla sobre a capacidade de arrecadação do Estado, as obrigações que ele tem de prestar serviço público, e a partir daí discutir a sua forma de defesa, porque valores de alíquotas de ICMS vão um pouco nessa linha. Não podemos, hoje, fazer uma comparação entre Estados sem poder colocar nesta balança qual é a capacidade que esse Estado está tendo de fazer arrecadação e poder prestar o serviço público. Não pode distinguir. Pode ter um Estado rico que consiga fazer, mas será que todos os Estados podem fazer isso?

E nós precisamos pagar a conta. O Deputado foi Secretário aqui, de Educação, e sabe da dificuldade que tinha, mesmo com verba vinculada, de prestar serviço. E onde o Estado vai fazer a sua composição de arrecadação? No varejo? Complicadíssimo. Por quê? Porque ele não tem um varejo que lhe dê suporte para isso. E ai se usam os artifícios de utilizar tarifas mais elevadas. Dando uma olhada aqui, apesar de ser uma verdade absoluta, não vi grandes distorções no Estado de Alagoas em relação à média nacional.

Mas fica essa reflexão, para a gente poder falar não só deste contexto, como o foco de que estamos cobrando muito, mas, sim, do que podemos fazer para poder habilitar o Estado a poder cobrar menos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Maurício Quintella Lessa) - Eu pediria a quem for usar da palavra a partir deste momento que usasse a tribuna, pelo menos aquelas pessoas para as quais o microfone não estiver disponível, para não ficar trocando de mesa. As tribunas estão aptas.

Chamaria agora para fazer uso da palavra o Dr. Luciano Chagas da Silva, representante do Ministério Público Estadual.

O SR. LUCIANO CHAGAS DA SILVA - Sr. Presidente, Deputado Maurício Quintella; Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Eduardo da Fonte; eminente Relator, Deputado Alexandre Santos; Srs. Deputados Federais;



senhores representantes sociais; Sr. Secretário da Fazenda; Srs. Deputados Estaduais; outras autoridades aqui presentes; representantes também do povo, como o Dr. Paulão; Dr. Joaquim Brito, ex-presidente da CEAL, o Ministério Público sente-se honrado em participar desta reunião e ver que os primeiros frutos, a partir da instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar e investigar a formação dos valores tarifários de energia elétrica, já começaram a surgir. E, a partir de quando houve uma redução tarifária, do valor das tarifas, isso já diz muito bem do que foi a partir da instalação desta CPI.

E nós lamentamos apenas que o povo não tenha participado — o povo, quando eu digo, aqueles presidentes de associações desses grotões —, que não tenha vindo aqui para participar também. Mas nós sabemos do esforço que vem sendo feito pela CEAL, visando atender as exigências, não somente do Estado como um todo... porque a partir de quando há necessidade de indústrias, há necessidade de investimentos, visando ao atendimento dessas necessidades, para implantação dessas indústrias.

E nós estamos vivendo um governo que está preocupado, inclusive, com essas instalações de indústrias; estamos vivendo uma nova fase, exatamente com a CEAL, a partir da saída do Dr. Joaquim Brito, que fez um bom trabalho, e hoje o Dr. Flávio se encontra à frente da CEAL. E nós sabemos da necessidade de novos investimentos na zona norte, por exemplo. Há necessidade. Mas, para que seja necessária a aquisição do material, também há necessidade de recursos. E esses recursos só podem vir a partir de quando há exatamente a contraprestação de serviço e o pagamento daqueles valores, porque a energia elétrica é exatamente um negócio. Então, ele compra e revende, não é verdade? Então, a CEAL compra e revende isso em todo o Brasil, nós sabemos. E, como negócio, a empresa tem de objetivar o lucro. Mas esse lucro dentro das necessidades sociais.

E por isso nós parabenizamos a Comissão, porque vimos já a redução de 17%. Isso veio repercutir muito bem, principalmente junto a esse pessoal de baixa renda do nosso Estado.

Por isso, o Ministério Público, parceiro dos grandes investimentos, parceiro dos Deputados Federais, do Dr. Augusto Farias, do Dr. Alexandre, do Dr. Eduardo, do Dr. Maurício, do Dr. Maurício Toledo, que está agora iniciando — ele já vinha



como assessor direto, mas hoje já à frente, como titular, da Secretaria da Fazenda —, nós estamos vendo que o setor energético está entregue em boas mãos. E é isso o que o povo quer. O povo quer exatamente ver investimentos visando à melhoria das suas necessidades.

E vamos também ressaltar a participação do Governo Lula, quando ele veio — e isso é importante — com o barateamento do IPI, porque possibilitou ao povo que tinha aquela geladeira velha comprar uma nova, também visando exatamente à economia de energia. Isso tudo é um complexo que visa ao atendimento, principalmente, do pobre, da população pobre, que precisa que sejam feitos investimentos para ser grandemente aquinhoadas com o trabalho que é desenvolvido.

Nós parabenizamos os membros da Comissão, o Dr. Maurício Quintella, por sua brilhante ideia de trazer — o Dr. Eduardo da Fonte, o Dr. Alexandre — para o nosso Estado, e dizer que este Estado é maravilhoso.

Saúdo todos vocês que aqui se encontram e parabenizo o Presidente da CEAL. Continue bem desempenhando o seu papel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Maurício Quintella Lessa) - Agradeço a participação ao Dr. Luciano, em nome do Ministério Público Estadual, e convido o Dr. Geolvani de Oliveira Silva, Presidente do Conselho de Consumidores da Companhia Energética de Alagoas. Na realidade, representando aqui todos os consumidores do Estado de Alagoas.

O SR. GEOLVANI DE OLIVEIRA SILVA - Boa tarde a todos.

Saúdo a pessoa do Presidente Maurício Quintella, pelo convite feito, agradecendo a ele também o convite feito aos membros do Conselho para participação nesta CPI.

Gostaria de saudar também os demais representantes da Mesa, o pessoal representante da CEAL, os demais Deputados e dizer, na minha fala, que na verdade estou satisfeito porque há aproximadamente 8 anos eu participo do Conselho de Consumidores da CEAL. Esse Conselho é consultivo — não sei se é do conhecimento de todos. É um conselho consultivo. Nós não temos o poder de atuar, de fiscalizar, de punir, mas temos o poder democrático de tomar



conhecimento daquilo que ocorre na CEAL, daquilo que ocorre dos anseios do nosso povo, da população, do consumidor de energia, e nos dá a condição ou a possibilidade de fornecer para os órgãos constituídos, como a ANEEL, subsídios, para que sejam tomadas algumas decisões...

Quando eu fui convidado para o Conselho, para a Presidente do Conselho, eu questionei diversas vezes, porque eu não tenho muito tempo e não tinha muita experiência no trato com determinadas instituições. Mas, com o tempo, fui-me informando, fui aprendendo, e hoje eu digo aos senhores, verdadeiramente: a relação da CDL, a entidade que represento — sou funcionário da CDL há 18 anos —, com o Conselho; do Conselho com a CEAL; e do Conselho com os demais órgãos do Estado, nós dá a certeza de que nós estamos no caminho certo.

Quando o Dr. Maurício nos convidou, ou me convidou, ou convidou o Conselho para participar desta audiência, eu não fiquei surpreso porque já venho acompanhando, ao longo de mais de 1 ano, até com o apoio do nosso amigo, Dr. Osmar, que está aqui presente, que é um voluntário do Conselho — ele nos coloca a par da pauta da Câmara, e a gente está sempre acompanhando. Então, nós tomamos conhecimento de como está sendo feito, da CPI, quando foi feita e quase se dissolveu, depois recomeçou e daí por diante, quando se começou a falar em CPI verdadeiramente.

Então, quando fui convidado, eu digo: *“Bom, nós temos a falar do Conselho”*. Por quê? Porque, há poucos dias, eu li, num comentário feito na própria Câmara dos Deputados, quando um Deputado Federal falou alguma coisa a respeito dos conselhos de consumidores, da ineficiência dos conselhos, da considerada até inexistência dos conselhos, que não atuam, que eles não eram conhecidos. E, na verdade, a bem da verdade, não é assim. Ele pode não conhecer o Estado de Alagoas, porque o Conselho do Estado de Alagoas trabalha, faz as reuniões periodicamente, no tempo certo, com todo o apoio da CEAL.

E aqui tenho de destacar o apoio que a CEAL tem-nos dado, desde a instalação até o cumprimento do regimento; tem dado todo o apoio para a gente, nas viagens, nas audiências, nas reuniões fora da cidade — porque nós fazemos uma reunião dentro da cidade e outra fora, no município que apresente índice grande de reclamação. Nós consultamos o pessoal da Ouvidoria da CEAL; ele nos informa qual



o município que está tendo dificuldades; essas dificuldades são relacionadas; nós vamos até esse município, comunicamos, convocamos os Poderes Constituídos de lá, convocamos a população; e lá são apresentados os problemas que existem em cada município. E, quando voltamos, é repassada uma ata, constando tudo o que foi feito, as providências que estão para ser tomadas, ou seja, os acertos e os erros que a CEAL comete, e pedimos providências. Em seguida, nas reuniões seguintes, nós pedimos ou solicitamos à CEAL que nos apresente relatório ou algum documento mostrando o que foi feito, qual foi a medida tomada.

Então, o Conselho, pelo menos o de Maceió, o da CEAL, que é de Alagoas, funciona.

Nós temos um Conselho com representatividade, nós temos 11 membros no Conselho: são 2 da indústria, do comércio, do Governo do Estado; 1 do PROCON; 2 da área rural; e 2 da residencial.

Foi falado também que os membros do Conselho não eram bem escolhidos. Bom, pode ser. Mas eu não sei o que é escolher bem, porque o trabalho é feito de acordo com a condição que nos é dada. Se a ANEEL, ou se a Câmara dos Deputados, ou se outro Poder qualquer que seja, o Judiciário, não fiscaliza, ou não busca informação, ou não cobra a eficiência desse ou daquele órgão, não seria o Conselho de Alagoas, ou um conselho qualquer que fosse, que teria condições de corrigir os problemas.

Sabemos que o Conselho em Alagoas tenta, busca junto à CEAL, que é a permissionária de energia... Um problema que está acontecendo, como agora há pouco, num município aqui perto de Coruripe — não me recordo agora do nome —, que tinha uma série de problemas que estava ocorrendo. E nós resolvemos isso, sim. Levamos o pessoal para lá; a CEAL participou, viu que tinha muita coisa errada, tomou providências, apresentou-nos as providências tomadas, e está lá o pessoal satisfeito. Isso será que não é atuar? É.

Nós temos a satisfação de dizer da gestão de... Brito, não é? Nós tivemos todo o apoio. E agora, na atual gestão da CEAL, também estamos tendo todo o apoio.

No cumprimento do nosso papel de conselheiros, nós nos deparamos algumas vezes com alguns problemas, ou algumas dificuldades: algumas



instituições, ou órgãos, ou movimentos nos procuram ou levam à nossa reunião uma reclamação de alguma coisa que esteja ocorrendo. Essas reclamações são repassadas para a Ouvidoria da CEAL e, automaticamente, para... Quando podemos resolver, porque não somos... nós não temos o poder realmente de atuar, mas, se fazemos essa reunião, levamos para o pessoal da CEAL. Feita essa denúncia, ou feita essa reclamação, nós repassamos à ANEEL. Cabe à ANEEL dar sequência a isso que foi repassado, porque, por parte da CEAL, muitas vezes a reclamação, mal chega, mal se toma conhecimento, é sanada, dentro da possibilidade. Nós sabemos que existem muitas dificuldades, existem muitos problemas. No bairro mesmo onde eu moro, por muitas vezes, eu digo ao pessoal: quando o bode espirra, já está faltando energia.

Mas esse é um problema sério, porque nós moramos muito próximo aqui da praia, e a maresia cria certa dificuldade para a CEAL: tem de estar lavando os conectores, os isoladores constantemente; e aquilo leva quentura, porque nós moramos num lugar quente, e de vez em quando aparecem esses problemas. Mas isso a CEAL tem resolvido, tem tentado resolver.

Quando chega numa hora em que você fala: “*E a revisão tarifária?*” Poxa, gente, no meu modesto conhecimento, quando, em nosso País, nós, os empresários que eu represento na CDL, e hoje estou no Conselho, e nós, povo, tivemos a oportunidade de opinar, ou de discutir, ou de ajudar a decidir, sobre a nossa tarifa de energia? E nós tivemos essa oportunidade agora. Nós apresentamos, a convite da ANEEL... Ao longo dos anos, a gente vai repassando os problemas que a CEAL tem; e ela tem lá uma fórmula conhecida — o pessoal da CEAL já falou aqui como é feito; eu sei que se definiu ou se decidiu, nessa agora... que seria o reajuste tarifário, ou seja, a compensação dessa perda, em vez de ágio, ou seja, em vez de um aumento, um incremento no preço da energia, ao contrário, nós tivemos um deságio. Surpresa. Todos nós ficamos surpresos. Mesmo nós que trabalhamos lá, junto com eles. A população, não sei por que razão, quase não tomou conhecimento. Quase ninguém sabe disso. Muitos empresários, o pessoal na rua, a população, não sabem que houve, desde o dia 28 para cá...

A falha não está no Conselho. A falha deve estar ou na comunicação da ANEEL, ou na comunicação de algum órgão. Não no Conselho.



Revisão tarifária é difícil para a gente, porque... Não sei se porque eu faltei a algumas aulas de Matemática não consegui aprender direito a fazer tanto cálculo, como foi expresso nesse instante aqui. Mas eu digo o seguinte: todos nós, brasileiros, somos natos economistas; nós fazemos aquelas manobras — principalmente os casados, os pais de família, sabem daquela manobra que têm de fazer para dividir o seu salário para pagar água, luz, gás, telefone, ainda um divertimento de vez em quando.

Então, revisão tarifária, para a gente, nós tivemos essa surpresa, do deságio. E dependemos, para sanar esse problema, da reforma tributária, que muitas vezes eu confundo. Reforma tributária. Essa talvez resolva o nosso problema. O problema está na reforma tributária, porque quando nós vamos à ANEEL... Nós vamos ter agora, no final do mês de... No dia 8 ou no dia 9 de outubro nós vamos ter o congresso dos conselhos. No congresso se discute tudo o que acontece nos Estados. Através dos conselhos, são passados para a ANEEL, e a ANEEL nos informa através de...

Então, na última que nós tivemos, em Campinas, falou-se sobre a reforma tributária. A quem devemos recorrer? aos Srs. Deputados Federais, aos Srs. Senadores, para que façam. Nós temos o poder de alavancar o povo para fazer pressão nos Srs. Deputados Federais e Senadores, para que vejam justamente isso. Quando é que vai sair essa reforma? Já tem bastante tempo. Está lá, amadurecendo. Não vai ser como fruta-pão, que fica lá abafada, mas está... Então, estamos aguardando essa reforma. Quando fizer a reforma, a gente vai resolver realmente o problema da energia elétrica.

No nosso Estado não é diferente. Quando se falou “vai ter um deságio”, na minha fala, no dia da audiência, eu disse: “Eu espero que não venha a trazer problemas para a CEAL”. A CEAL já saiu de 2 situações penalizada. Uma foi quando foi vendida, e, depois, quando foi renegociada para o pagamento da dívida do Estado.

Mas, na verdade, quando a gente olha para trás, quando nós lemos o histórico do problema da CEAL, nós vemos lá — foi falado aqui — a inadimplência da CEAL. Olha como é grande a inadimplência. A CEAL sofre com a inadimplência. E onde a gente pode corrigir a inadimplência da CEAL? Se eu não me engano,



perdoem-me a sinceridade, a nossa Casa aqui tem um débito bastante grande com a CEAL. As usinas têm débito com... Grandes consumidores, grandes... Mas não são grandes porque são altos, não. São grandes no poder aquisitivo, poderiam estar pagando em dia e não estão, esses consumidores.

E a gente vai falar da revisão vendo os números que foram apresentados aqui. É bastante complexo para a gente.

Mas, para encerrar, para não tomar muito tempo de vocês, eu queria só dizer o seguinte: a oportunidade que foi dada na criação dos conselhos eu espero que não seja retirada. Às vezes, a gente vê o galo cantar e não sabe onde. Mas, quando o galo canta, é porque está amanhecendo. Que ninguém nos tire esse direito. Nós precisamos, na verdade, é que a forma de convocar o Conselho seja mais documentada, mais correta, de uma forma, tipo uma lei, porque ninguém vai tirar, ninguém vai pôr, porque é democraticamente o que nós temos lá dentro. Mas, se for mais bem definido, talvez para a ANEEL a gente se sinta mais confortável. Porque até para...

Quando foram criados os Conselhos, foi logo quando eu comecei — eu era suplente do Roberval, que foi Presidente da CDL; eu era suplente dele lá no Conselho —, ouvi isso: *“As multas advindas das infrações cometidas pela companhia de energia seriam revertidas para o Conselho, para o Conselho apresentar trabalhos”*... É, foi prometido isso para a gente, que uma parte dessas multas seriam definidas para o Conselho, para o Conselho fazer um projeto. Nós fizemos, eu acho, 20 ou 30 projetos. A própria CEAL nos ajudou muito — a Dra. Silvete. Fizemos vários trabalhos lá dentro. Mas cadê recurso? Como é que nós vamos fazer os trabalhos se não temos os recursos?

Então, é isso que precisa ser definido, para que o Conselho seja verdadeiramente um órgão que colabora, que ajuda, ou um meio de ligação entre as companhias energéticas, ou as permissionárias, e os órgãos, as instituições que fiscalizam, que administram justamente essa parte.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Maurício Quintella Lessa) - Eu agradeço a participação ao Dr. Geolvani, Presidente do Conselho.



O nosso último expositor é o Dr. Rodrigo Cunha, Superintendente do PROCON do Estado de Alagoas.

O SR. RODRIGO CUNHA - Boa tarde, Sr. Presidente, demais Deputados e membros da Mesa, Srs. Deputados Estaduais aqui presentes, senhoras e senhores.

Primeiramente, eu quero agradecer, em nome do PROCON, o convite para participar da discussão deste tema tão relevante e tão importante para os consumidores e também tão mal compreendido. O consumidor precisa saber por que é que a sua conta de energia é tão cara. É um direito que ele tem, e não sabe por quê. E esta CPI tem uma importância muito grande. É através dela que vai se dar toda a transparência, todo o controle, tanto das concessionárias quanto da própria reguladora.

A energia é algo de extrema importância para todos nós, é algo essencial. E também é cara. Afeta qualquer orçamento familiar, não resta dúvida sobre isso. E a construção da tarifa, como foi demonstrado aqui, é realmente muito complexa. Mas acreditamos que, apesar de ser complexa, o consumidor deve ter total acesso a ela, e ela deve ser transparente.

E existem situações, como também já foi mencionado, com as quais nós, como órgãos de defesa do consumidor, não concordamos. Por exemplo: aquele consumidor que é um bom pagador, paga suas contas em dia, tem a sua conta no final do mês onerada por conta de inadimplentes, por conta de ligações irregulares, porque isso é uma obrigação da concessionária, é dever dela fiscalizar. Então, se de alguma forma há esses problemas, é porque não está sendo eficaz essa fiscalização. Então, não é justo, como sempre, o consumidor, que é a parte mais frágil da relação de consumo, arcar também com essa conta, pagar essa conta.

Eu, aqui, como PROCON, não posso muito adentrar na complexidade dessa tarifa, por não ter técnicos nem ter competência para falar da complexidade dessa tarifa. Mas posso, sim, contribuir de alguma forma com a CPI, demonstrando através dos dados do SINDEC, que é o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, a quantidade de consumidores que procuram o órgão para fazer e registrar alguma relação... o seu problema de relação de consumo especificamente contra a CEAL.

Antes de vir para cá, eu fiz um levantamento: do início de 2008 a setembro deste ano, nós tivermos 367 atendimentos. Trezentos e sessenta e sete



consumidores que procuraram o PROCON para resolver algum problema com a CEAL. É um número que nós consideramos elevado, mas eu quero destrinchar também isso, porque nem todo atendimento se transforma numa reclamação.

Nós temos hoje com a CEAL, sim, um bom diálogo, um bom canal de comunicação. E, dessas 367 reclamações, cerca de 80% são resolvidas por um telefonema, através justamente desse contato direto com a CEAL. Isso nós podemos ver, por um lado, podemos comemorar — “Ah! Então, 80% dos casos da CEAL são resolvidos” —, mas só que esses consumidores só procuram o PROCON depois que vão à CEAL. Isso é algo que, em vez de ser positivo, se torna preocupante, principalmente para quem está na linha de frente, aqui como o Dr. Ubirajara, que diariamente trata dessas demandas.

E nós não queremos ser um SAC da Companhia Energética. De forma alguma. Isso a gente sabe que acaba sendo mais barato do que investir em ouvidorias e investir no seu próprio atendimento. Eu até cheguei a relatar aqui a alguns colegas, antes, que no último ano melhorou um pouco o atendimento da CEAL, porque antes o consumidor, quando ia ao PROCON, fazia 2 reclamações: uma sobre o mau serviço prestado pela CEAL e outra pelo mau atendimento que teve dentro do posto de atendimento da CEAL. E hoje, felizmente, isso já foi superado. Nós só realmente registramos a reclamação que se tem referente ao serviço.

E, como eu falei, desses 367 atendimentos, no período de agosto de 2008 a setembro deste ano, que é quando nós emitimos o nosso Cadastro Estadual das Reclamações Fundamentadas, em que constam todas as reclamações que foram formalizadas contra as empresas, desde a que tem 1 reclamação, até a campeã, que tem 350 reclamações. Referente à CEAL, nós tivemos 44 reclamações. Desses reclamações, que são processos administrativos, porque... — vou explicar bem: são processos administrativos; é diferente do atendimento, porque, se nós resolvemos pelo telefone, ele não entra nessa estatística; se nós não resolvemos por telefone, instauramos um processo administrativo.

Dessas 44, 40 foram resolvidas pela CEAL, o que demonstra realmente que o consumidor tinha direito, que a CEAL reconheceu isso e que foi à exaustão para



resolver. Não resolveu. No primeiro contato do consumidor, não resolveu; no primeiro contato do PROCON, só foi resolver em audiência.

Então, no ano anterior, no ano de 2007, de setembro de 2007 a agosto de 2008, esse número foi maior, de reclamações: foram 91 reclamações, e 77 foram resolvidas, e 14 não foram resolvidas. Resolvidas quer dizer que foi feito um acordo, e o consumidor ficou satisfeito.

Então, senhores, dá para analisar realmente, dessa situação, que há uma grande demanda, sim, que a CEAL está disposta a resolver, como está demonstrando através de números, mas que está indo à exaustão, deixando para resolver no PROCON, quando poderia investir mais no atendimento ao consumidor e nas ouvidorias.

Então, aos senhores coloco à disposição. Posso também anexar esses dados do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, para fazer parte do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Maurício Quintella Lessa) - Bom, quero agradecer ao Dr. Rodrigo Cunha.

Nós passamos agora a palavra aos Deputados Federais que estão inscritos. Começaremos a formular os questionamentos e iniciamos a parte de debate. Depois, passaremos... Já temos o Deputado Paulão, que está inscrito também como Deputado Estadual. Se outro Deputado presente na Casa também quiser usar a palavra, por gentileza, se inscreva na Mesa.

Como autor do requerimento, eu sou o primeiro Deputado inscrito para falar. Pediria ao Deputado Augusto Farias que ocupasse a Presidência enquanto eu faço os meus questionamentos.

Muito obrigado.

(Pausa.)

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Sr. Presidente, Deputado Augusto Farias; Deputado Alexandre Santos, Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, Relator-Geral da CPI da Tarifa de Energia, quero dizer que Alagoas fica muito honrada em recebê-lo, da mesma forma em que fica honrada em receber o Deputado Eduardo da Fonte, Deputado do PP de Pernambuco.



Quero mais uma vez agradecer ao Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Fernando Toledo, e em seu nome agradecer aos demais Deputados — o Deputado Temoteo Correia eu vejo neste momento na Comissão.

Dr. Flávio Decat; Dr. Rodrigo, Dr. Geolvani; Dr. Maurício Toledo; Dr. Luciano, também aqui meus cumprimentos.

E os companheiros Deputados Federais saúdo todos, em nome do Presidente Augusto Farias.

Bom, esta CPI aconteceu, Presidente Decat, por força da manifestação popular, da pressão popular por revisão tarifária, em todo o País. O brasileiro acha realmente que está pagando muito caro pela sua energia. Em alguns lugares, por desconhecimento da composição tarifária... porque, se a gente, que é Parlamentar, não consegue às vezes compreender como é feito esse processo, e é um processo complicado, imagine a população em geral, como ela vai compreender a composição da tarifa de energia.

E, por força dessa reclamação, e pelo que a gente já vivenciou na CPI e nas audiências públicas, o povo, em muitos lugares, tem razão: a conta de energia elétrica no Brasil é muito cara; é uma das mais caras do mundo. Em Alagoas agora baixou, mas era uma das mais caras do Brasil; em consequência, era uma das mais caras do mundo.

Esta CPI visa justamente entender como se compõe a energia elétrica do País, fazer essa investigação *in loco*, nas regiões, nos diversos sistemas. Nós temos empresas federalizadas, empresas que são concessionárias, de iniciativa privada; nós temos o sistema geral; temos, no Norte, os sistemas isolados, que têm outra composição tarifária, outra matemática na composição dessa tarifa. E é isso o que esta CPI vai investigar. E vai procurar antes de tudo contribuir com a ANEEL, que é a agência reguladora; contribuir com as federalizadas, com as concessionárias, porque ninguém pense também... O Dr. Decat, inclusive, hoje reclamou da ANEEL, porque já me parece que não acha justa a redução que houve em Alagoas.

É isso o que nós vamos discutir. Nós queremos esclarecer para a população brasileira — é uma CPI técnica —, nós queremos esclarecer porque ela está pagando tão caro pela energia elétrica.



No caso de Alagoas, especificamente, nós temos uma situação peculiar. Nós temos avanços aqui que são importantes que a gente registre. Eu acompanho a evolução da gestão da CEAL: a 7 ou 8 anos atrás, era uma empresa absolutamente inviável, deficitária, com toda a sorte de problemas.

Depois do novo sistema elétrico, da nova política do setor de energia consagrada no Governo Lula, nós vimos, sem dúvida nenhuma, avanço na gestão da CEAL. Hoje é uma empresa superavitária, que vem fazendo investimentos, que dá lucro. E a gente espera que ela continue avançando, no sentido de melhorar a gestão e de consolidar tarifas cada vez mais baixas para o povo de Alagoas.

Nós temos aqui um conselho de consumidores, e eu queria dizer que os consumidores de Alagoas estão absolutamente representados nesta audiência, não só pelos representantes, Deputados Estaduais e Federais, presidente da associação, mas também pelo Dr. Geovani. Nós temos um conselho extremamente atuante aqui no Estado, e é um dos grandes responsáveis por Alagoas ter conquistado essa nova tarifa. Então, está de parabéns a atuação do conselho. É uma das questões, Deputado Alexandre, que a gente precisa contemplar no nosso relatório: o fortalecimento dos conselhos de consumidores.

E temos também questões que precisam ser atacadas — questionadas e atacadas —, em Alagoas e no Brasil, questões que podem melhorar, que podem dar espaço a uma redução tarifária ainda maior.

Nós não queremos redução tarifária que inviabilize a qualidade do serviço. Isso não. Nós queremos uma tarifa que seja compatível com um dos principais princípios da política do Presidente Lula, que é a modicidade da tarifa. Nós temos alguns princípios: a modicidade da tarifa, o principal deles, e a universalização. O Governo tenta fazer isso através do Programa Luz para Todos. Nós temos a profissionalização da gestão, que foi feita aqui na CEAL. Por isso que a gente avançou tanto.

Mas basicamente a gente vai buscar, Dr. Decat, Maurício Toledo, demais representantes, garantir para o povo brasileiro e para o povo de Alagoas a modicidade dessa tarifa. Nós queremos uma tarifa compatível. Nós queremos uma tarifa justa.



E Alagoas, apesar de termos verificado essa queda de tarifas, apresenta problemas que podem ser enfrentados. A gente acha que há. E nós vamos trabalhar com os números e com os senhores para que haja espaço para que essa tarifa caia.

Em relação à CEAL, eu vou fazer aqui alguns questionamentos.

A composição da tarifa está obviamente no preço que se paga pela sua geração, transporte, distribuição, investimento, remuneração de investimento, remuneração de acionista. Mas, sem dúvida nenhuma, é fundamental sobre a tarifa a carga tributária, que eu deixarei aqui para fazer um questionamento ao Dr. Maurício Toledo. Mas a CEAL tem metas que precisam ser alcançadas e que vão ajudar a gente a baixar a tarifa.

A primeira pergunta que eu faço é em relação ao estoque de crédito que a CEAL tem de consumidores em Alagoas que não pagam a energia elétrica por força de liminares que estão rolando hoje, e todo o mundo em Alagoas sabe disso. Nós temos créditos significativos por parte do setor público, que também resiste muitas vezes em pagar a conta de energia. Eu queria saber, nesse sentido, qual é esse estoque hoje de crédito que a CEAL tem e o que o setor jurídico da empresa tem feito para poder reverter isso. Qual foi a evolução do trabalho da CEAL nesses últimos anos para reverter isso, o que é um fator preponderante para a composição dessa tarifa? E a perda de energia? Parece-me que — e quero que V.Sa. me confirme — a perda de energia da CEAL é de 31%. Nós pagamos, de cada 100, 39 de carga tributária e perdemos 31. Então, é óbvio que, num cenário como esse, a tarifa tem que ser cara mesmo. Não tem jeito.

Eu quero saber também — e gostaria que V.Exa. informasse a esta CPI —, como é que a empresa tem enfrentado essa questão da perda. Eu sei que uma parte dela é técnica, mas grande parte dessa perda de energia é o famoso “gato”, é o roubo de energia elétrica, que é dividido — o resultado desse furto de energia — por todos os consumidores.

Queria fazer uma pergunta também na questão da legislação dessas concessões. Isso eu não tive oportunidade de fazer lá em Brasília, nobre Relator, e acho que é uma coisa importante. Nós temos a revisão tarifária de 4 em 4 anos. Foi feita agora em Alagoas e, pelos dados fornecidos pela CEAL... Aí vem a questão de quanto é que remunerou, se pagou os custos da empresa, se tem empresa de



referência. Tudo isso foi feito, e chegou-se à conclusão de que o povo de Alagoas tinha direito a uma redução de 18% na sua conta tarifária. Tudo bem. Mas talvez há 1 ano atrás o povo de Alagoas já tivesse direito a 10%, 12%. Talvez há 2 anos atrás nós já tivéssemos direito a uma revisão tarifária de 7%, e o povo de Alagoas estava pagando em cima de uma tarifa de 304 reais por... não sei qual a unidade de medida. Baixou agora para 250. Em 2013, a previsão é que chegue a 285, mas nós estávamos pagando 304. Nós estávamos pagando 304. Nem com a correção da inflação, até 2013, nós vamos chegar perto disso.

Quando há um desajuste no contrato — como é que é a palavrinha? —, quando há um desequilíbrio financeiro no contrato, pelo qual a empresa é prejudicada, seja por questão natural — enchente, ventania —, seja por problema no ativo energético do Estado e seus equipamentos, as empresas têm previsão contratual e têm obviamente o jurídico que acompanha para pedir a revisão tarifária extraordinária.

Eu não sei se já aconteceu — se já aconteceu, V.Sa. nos informe —, mas eu não tenho nenhum histórico no País ainda de revisão extraordinária conseguida por parte dos consumidores. Não sei se já houve no País. Mas não tem por quê? Porque não há acompanhamento da sociedade para poder fazer esse acompanhamento *pari passu* e pedir essa revisão.

Se o povo de Alagoas pagou 20%, 18% a mais durante esse tempo inteiro, se o princípio da administração do Governo Lula e da política é a modicidade de tarifas, é o equilíbrio contratual de tempo em tempo, a primeira coisa que eu pergunto a V.Sa. é: esse ganho da empresa durante esse tempo, a maior, de alguma forma tem possibilidade de ser revertido para o consumidor, ou esse lucro das federalizadas ou das concessionárias vai para o acionista ou para a remuneração da empresa? Porque, em Alagoas, a gente não sabe exatamente quanto foi isso, mas teve uma empresa em São Paulo, teve uma concessionária em São Paulo — pelo menos foi o que eu li na imprensa e vi nos relatórios —, que, no último ano, no seu balanço, lucrou 108% em cima do patrimônio líquido — em 1 ano! Tem negócio melhor no mundo do que esse de vender energia? Não tem negócio melhor no mundo do que vender energia.



Basicamente seriam essas as perguntas, até porque os meus companheiros ainda vão usar da palavra.

Ao Secretário Maurício Toledo... Primeiro, queria dizer que se um dia eu for Governador do Estado você será meu Secretário da Fazenda, pelo respeito que tenho ao seu trabalho. Sei que com técnica e com competência V.Sa. gere os recursos do Estado. Mas, Maurício, parece-me que nós estamos, nesse caso, num círculo vicioso. Falta, às vezes, ousadia. Não estou dizendo que é sua, não, porque eu sei que essa alíquota vem de muito tempo.

Alagoas cobra alíquota que muitos Estados também cobram. Mas nós cobramos muito alto. São 27% num insumo que é fundamental para o desenvolvimento do Estado, para a produção, para a atração de novos empreendimentos, para a geração de emprego. E um Estado pobre como o nosso, justamente num insumo que é fácil de arrecadar — porque energia não tem coisa mais fácil de arrecadar; vai na conta lá e vai direto para a conta do Estado —, um tributo quase que insonegável, ou seja, o risco é muito pequeno... Porque quando o risco é grande, você tributa alto; quando o risco é menor, a tendência é você tributar a menor.

Então, enquanto Sergipe aplica 17%; o Rio Grande do Norte aplica 17%; Pernambuco também aplica 25%, eu sei que outros Estados aplicam... Talvez fosse a hora de a gente fazer um debate muito sério com o Governo de Estado, porque talvez se a gente baixar um pouco esse imposto sobre a energia elétrica, que é um insumo importante, não só para o setor industrial e comercial, mas é fundamental para a família do agricultor, que está lá em Pariconha, da família que está aqui na periferia de Maceió, de todo o mundo, a gente melhore a nossa arrecadação. Porque quando ela é alta, o cara não paga, o Estado não arrecada o imposto, vem o “gato”, vem o prejuízo de forma generalizada. Então, é um paradigma. É um insumo fundamental para a população, para o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, é um insumo que é mais taxado.

Então, eu deixo aqui essa reflexão. Eu sei que é difícil demais para o Estado de Alagoas. Nós não temos uma base econômica forte para suprir as necessidades que a gente tem de oferecer serviços públicos básicos aqui de segurança, educação... Os nossos índices ainda são os piores do Brasil, em todas essas áreas.



Mas deixo aqui essa reflexão. O imposto, o ICMS que a gente cobra na energia elétrica, aqui em Alagoas, é um dos maiores do País ainda, em um dos Estados mais pobres. E se a gente tivesse essa queda na cobrança do ICMS, com certeza, a gente teria mais espaço para uma queda tarifária.

E, por fim, Dr. Decat, queria aqui fazer um apelo em nome do povo de Alagoas, em nome da CPI: a gente espera que a CEAL não recorra dessa decisão da ANEEL de fazer essa redução tarifária. Claro que a gente não quer que a CEAL baixe a qualidade dos serviços oferecidos, mas, pelos números que nos foram apresentados aqui, de forma bruta, a empresa este ano teve uma lucratividade de mais de 200 milhões de reais. Claro que tem investimentos previstos, tem muita coisa, mas a gente espera que a CEAL, em vez de contestar a redução já homologada, que a gente reúna forças para combater a perda de energia, o furto, o gato, para a gente dialogar no sentido de baixar o imposto e de cobrar esses devedores do Estado de Alagoas.

Muito obrigado. Seriam esses os meus questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Farias) - Com a palavra o Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA - Obrigado, Deputado Maurício Quintella, sempre lúcido nas suas observações.

Eu acho que, Deputado, esta CPI terá um grande papel na sociedade brasileira. Este assunto de tarifa, preço de energia, ao mesmo tempo em que, nas suas palavras, interessa profundamente a todos os brasileiros, porque afeta o orçamento do brasileiro, principalmente o dos mais pobres, ele é de grande complexidade. E é muito justo que o consumidor entenda o que ele está pagando e a quem ele está pagando pelo uso da energia elétrica.

O senhor mencionou que a melhora da gestão leva a tarifas mais baixas. É verdade. O que nós estamos questionando junto à ANEEL, nessa revisão tarifária, é um tempo para nos ajustarmos à empresa padrão sueco que a ANEEL está querendo que a gente seja já. Precisamos de tempo. Nós não podemos reduzir 40 milhões de reais no custeio da empresa de um dia para o outro.

Nós queremos é um *weather*. O que nós pedimos à ANEEL foram 2 coisas: primeiro, um *weather*, um perdão no sentido de nos dar tempo, até a próxima



revisão tarifária, porque nós estamos investindo. Não se melhora a gestão do dia para a noite. A melhora da gestão envolve informatização da empresa, envolve treinamento dos profissionais, envolve a substituição de profissionais mais velhos, mais caros, com planos de incentivo, como o que eles estavam fazendo, por profissionais mais novos e mais baratos. Tudo isso precisa de tempo para ser implementado. Portanto, nós pedimos à ANEEL 2 coisas: uma foi o *weather*, a outra foi a aplicação de um conceito extremamente injusto para com a CEAL que foi querer que a CEAL aplique agora a redução de perdas que deveria ter feito há 4 anos.

Em cada revisão tarifária, a ANEEL estabelece um patamar de redução dessa perda, e a redução do ciclo anterior...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA - Isso. Ela estabelece que a cada ano ela aceita na tarifa uma determinada perda. Ora, o que ela aceita na tarifa dos 30%, hoje, ela aceita 20%. Vinte por cento quem paga é o consumidor, nas palavras de V.Exa. Vinte por cento a mais no preço da energia é em função de perdas não combatidas pela CEAL. Dez por cento é o acionista quem paga. Então, a ANEEL divide no sentido de pressionar também o acionista para que ele seja eficiente na gestão e reduza as perdas no sistema. Então, essas 2 coisas são fundamentais. Uma, que a gente tenha tempo para ajustar a empresa à gestão eficiente moderna que nós queremos.

Nós colocamos agora nas ruas de Maceió, há cerca de 2 meses atrás, 140 novos carros, 140 novas equipes. Estamos reformando agências, estamos investindo no sentido de ter melhor resultado. Esse dinheiro o acionista não está buscando. A ELETROBRÁS está colocando aqui 250 milhões de reais por ano e não está tirando da tarifa. O que nós queremos junto à ANEEL é que a ANEEL permita que a empresa viva com as próprias pernas, porque o conceito da revisão tarifária — e isso é importante — é o conceito do equilíbrio econômico-financeiro. É o momento em que a ANEEL chega e diz: “Olha, esta empresa precisa estar equilibrada. Portanto ela precisa ter uma receita para fazer os seus gastos”. Nessa confusão, tem 10% do ativo, ou seja, dos postes, fios, transformadores instalados, que não



foram depreciados ainda. Esses 10%, que representam 9,89%, é o lucro da empresa.

A CEAL e a ELETROBRÁS não querem que a CEAL dê lucros estratosféricos. Nós queremos ter algum lucro para que a empresa seja suficiente, para que a gente possa pagar gratificação para o empregado pelo lucro, para ter motivação de trabalho, que a empresa fique uma empresa de Primeiro Mundo. Isso a gente quer. Não queremos nenhuma coisa excepcional. Mas precisamos de tempo para isso. E esse tempo é que nós estamos pedindo à ANEEL.

O senhor falou de a gente não recorrer. É meu dever de ofício recorrer. Porque a revisão tarifária da ANEEL demonstrou e levou a empresa a uma situação de desequilíbrio econômico-financeiro. Eu estou indo à ANEEL e mostrando: *“Olha, você está fazendo com a empresa o que não se faz. Você está levando a empresa a um prejuízo, a um desequilíbrio. Como é que quer que eu ou o meu pessoal ou o pessoal da CEAL administre e leve a empresa ao sucesso?”* E o sucesso não é recurso, não é lucro. Sucesso é qualidade. Sucesso é prestar bem esse serviço, que é fundamental.

E não é só ter energia. Agora, nós ligamos 60 mil novos consumidores aí na gestão do Brito e na minha. Como é que nós vamos dar manutenção? Adianta colocar energia lá nas regiões mais distantes e não fazer a manutenção daquela rede? Daqui a 1, 2 anos está todo mundo sem energia de novo. Então, é preciso — e é dever de ofício meu, como Presidente de empresa — ir à ANEEL dizer isto: *“Você está levando a empresa a uma situação de desequilíbrio”*.

A outra questão relevante que V.Exa. abordou é a questão da inadimplência. Nós temos trabalhado junto ao Judiciário e temos tido uma excelente recepção. Hoje mesmo estivemos com a Desembargadora-Presidente do Tribunal de Justiça, com o Desembargador-Corregedor da Justiça aqui. Estivemos com o representante do Conselho Nacional de Justiça. Nós estamos trabalhando no sentido de mostrar...

O primeiro ponto que nós fizemos aqui, quando chegamos, foi mostrar serviço. Mostramos que a ELETROBRÁS, ao fazer esse novo modelo de gestão, profissionalizou e estava disposta a investir, como está investindo. O segundo momento é mostrar essa nova face da CEAL e dizer para o Judiciário do Estado que nós precisamos de uma ajuda. Não uma ajuda ilegal, mas uma postura de que não



sejam concedidas liminares pelo simples fato de a CEAL ser a empresa que está sendo acionada no Judiciário.

Há Prefeituras que têm liminares, e não se pode cobrar. Como não se pode cobrar das Prefeituras? Nós temos toda a flexibilidade no mundo para negociar. Hoje, nós temos 200 milhões de reais de estoque de dívidas. E é um estoque de dívida que está começando a se reduzir. Tem um outro índice que mede a eficiência da empresa na sua arrecadação. É um índice de arrecadação, que, historicamente, aqui, era significativamente menor que 100%, e nós estamos arrecadando mais que 100%. Então, a Luzanira me contou que nós estamos arrecadando aqui cerca de 101%, o que significa que está reduzindo o estoque; um pouquinho, mas está.

Ganhamos, na Justiça, em Brasília, dos usineiros aqui do Estado, uma pendência antiga, sei lá de quantos anos. Isso veio da época do Collor. Foi da época do Collor, quando teve um determinado aumento de tarifa sem a contrapartida da... Congelaram os preços na ocasião e se impediu de dar um aumento de tarifa, e o setor elétrico deu. E a tendência era que... os usineiros têm razão em relação aos 4 meses em que isso ocorreu, só que eles pediam que isso fosse estendido por todo o período. Então, é ação de grande monta, e nós já ganhamos essa ação. A questão agora é de liquidação.

Nós temos também, por força de sermos uma empresa federal, todo um suporte jurídico pesado. Nós temos empresas que nos dão apoio nos tribunais federais. Temos levado as causas mais relevantes para Brasília. Temos tido apoio da Advocacia-Geral da União. Há uma causa também dos empregados, que aqui nós perdemos por prazo — o que é um absurdo, que uma empresa perca uma ação relevante por prazo —, referente ao Plano Bresser. É uma ação que custa 1 bilhão e 200 milhões. É muito mais do que vale a empresa. Então a AGU — Advocacia-Geral da União entrou junto conosco nos tribunais superiores de Justiça, no sentido de advogar a nosso favor. Enfim, temos trabalhando no sentido de defender a empresa como deve ser qualquer gestão nessa linha.

A questão das perdas, realmente, é um assunto relevante. Não é só nessa empresa aqui, mas em todas. No Amazonas, a perda é de 40%; no Piauí, é dessa ordem também; aqui, é de 30%. É um problema sério. Envolve uma questão cultural importante. Mas nós estamos fazendo — a ELETROBRÁS — um empréstimo no



banco mundial, um financiamento específico para 2 coisas: investir na melhoria da expansão da distribuição e combater perdas. Somente para o combate a perdas são 350 milhões de dólares — 350 milhões de dólares! —, que nós vamos aplicar em, primeiro, colocar medidor.

É um absurdo que se tenha consumidor que seja taxado, ou seja, cobrado pelo mínimo. O sujeito pode ter uma casa, uma mansão ou uma indústria, e se cobra pelo mínimo. Quem está pagando sua energia direitinho está pagando por esse. Então, vamos ter uma central de inteligência em Brasília para combater fraude, para identificar fraude com medições específicas. Vamos blindar a receita da empresa. Cerca de 60%, 70% vão estar blindados com esse tipo de mecanismo, de maneira que a gente tenha uma redução significativa de perdas. Nós estamos estimando junto ao Banco Mundial que a redução dessas perdas seja da ordem de mais de 10%, em 1 ano de trabalho. É o que a gente pretende.

Cerca de 10% a 12% em um sistema como o da CEAL, que é um sistema antigo, é de perdas técnicas. São perdas relativas a calor na fiação, transformadores antigos. Quer dizer, no próprio processo de levar energia até a casa do cidadão, à indústria, se perdem aí 10% a 12%, o que pode ser melhorado, como parte desses investimentos que vamos fazer, investimentos em melhoria na qualidade do sistema.

A questão da redução tarifária, Deputado, sobre ser retroativa ou não. Nós achamos que não, porque a empresa estava no prejuízo. Ela estava no prejuízo em função da tarifa, em função também das dificuldades que ela tinha com relação à falta de investimento. E culpa disso também é da própria ELETROBRÁS, não é só da gestão aqui do Brito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Maurício Quintella Lessa) - Dr. Decat.

O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Maurício Quintella Lessa) - Dr. Decat, quando eu falo nessa questão de se tem previsão legal para isso ser de alguma forma revertido para o consumidor, não falo especificamente na CEAL, não. Eu falo, no caso, de uma empresa de São Paulo, uma concessionária de serviço público. Parece que há um teto de lucratividade para essas concessões. Ela ultrapassou esse teto em 10 vezes. Nesse caso específico, também, existiria essa possibilidade



de reverter isso ou há previsão legal para que esse lucro, seja ele lá qual for, fique na empresa para pagar acionista?

O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA - Há previsão legal para a redução de lucro não correto, o lucro... não sei a expressão correta, mas o lucro indevido, excessivo. No caso específico dessas empresas de São Paulo é preciso... Eu não conheço o caso, mas aí podem estar embutidas também 2 coisas. É só a distribuidora, Deputado? Não tem junto geradora? É só a distribuidora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Maurício Quintella Lessa) - É.

O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA - Porque o lucro legal, a remuneração legal, na tarifa, é 9,89%, aplicados sobre a base de ativos — e não sobre o patrimônio; aplicados sobre a base de ativos remuneráveis —, o que significa o seguinte: quando se põe um poste, esse poste dura 20 anos. Então, a cada ano, um vinte avos desse poste é colocado na tarifa para que a gente possa substituir. Por quê? Porque esse poste não será da CEAL. A qualquer momento o Poder concedente pode retomar a concessão da empresa CEAL, e vai repor para a CEAL aquela base de ativos que ela tem. Somente sobre essa base de ativos remunerável é que se aplicam os 9,89%.

Então, eu não sei o caso dessa empresa, mas se o lucro é indevido, evidentemente, aí é uma questão que supera inclusive a questão da CEAL.

Não sei se eu me esqueci de algum ponto. Eu procurei anotar aqui, mas eu acho que...

Obrigado.

O SR. MAURÍCIO ACIOLI TOLEDO - Eu só acho que a ousadia é muita ousadia. Acho que a discussão de tarifa vem junto, Deputado, talvez, com a discussão orçamentária do Estado. É difícil você imaginar, até porque há previsão legal de que, quando se está baixando alguma alíquota, é preciso justificar orçamentariamente o que se tem possibilidade de fazer. Acho que é uma coisa complicada de a gente discutir, porque teria que trazer o orçamento para ver onde poderia haver os cortes.

Mas quero chamar a atenção, porque a gente fica nivelando as alíquotas como sendo 25%. No Estado... Vinte e cinco, mais 2 de FECOEP, 27. Quer dizer, a tarifa é 25. Dois é outro imposto, que é para o fundo da pobreza.



E a gente tem isenção até 30 quilowatts monofásicos, 100 trifásicos e 3 mil para produtor rural. E há uma alíquota de 17%, intermediária, para aqueles que estão até 150 quilowatts. Essa tarifa de 27% só existe para os consumidores acima de 150 quilowatts.

Vejam, se a gente tivesse essa base tributária, a gente talvez tivesse uma base... Não sei se a CEAL tem isto aí, quantas ligações estão isentas, quantas não estão, mas pelo volume de consumo a pobreza está fora. Não sei quantos nós temos, mas como a gente conhece a base tributária nossa, quer dizer, a base da população contributiva, a gente acha que essa quantidade de ligações, não em volume de consumo, porque ele é baixo — ele tem que ser baixo para se enquadrar —, mas em volume de pessoas ou de famílias, isso deve ser alguma coisa razoável. Até porque, se nós tivéssemos uma base contributiva, o País não tinha problema. O grande problema deste País em relação a imposto é a base contributiva. São poucos pagando. A gente tem que ter um processo de inclusão social, um processo de emprego, de renda, para que a base aumente. E, a base aumentando, você não diminuindo o serviço, você possa abaixar as alíquotas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Maurício Quintella Lessa) - Passo a palavra ao Deputado Augusto Farias.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO FARIAS - Sr. Presidente da CPI, Maurício Quintella, aqui em Alagoas; nosso Presidente da CPI nacional, Eduardo da Fonte; nosso colega Relator, Alexandre Santos; Maurício, Secretário de Fazenda; colegas; Luciano, representando o Ministério; Presidente da CEAL; Geolvani, quero aqui aproveitar para dar os parabéns pela sua atua ação na defesa do consumidor e na integração. E essa integração é importante, mas ela tem um limite, porque você está de um lado, e a companhia está do outro. É uma integração, mas cada um defende os seus interesses. Quero parabenizar também o Rodrigo pela competência à frente do PROCON, porque não é fácil receber só da CEAL trezentas e poucas reclamações. Imaginem o contexto geral. Quero parabenizá-lo por isso tudo.

Sr. Presidente, quando da oitiva, lá em Brasília, do Procurador Dr. Marcelo, que é o Procurador Federal perante o TCU, ele disse para a gente, com todas as letras, que a maior dificuldade dele é a ANEEL. Ele disse isso textualmente para nós, porque a ANEEL não consegue repassar para o TCU a equação de como se



faz o aumento de tarifa. De onde você tem a compensação? Áí você bota ali os insumos, pneu, *diesel*, e ele não consegue. Nós estamos falando que um Procurador Federal disse que não consegue da ANEEL os dados suficientes para que ele se convença de que aquele aumento de tarifa é um aumento condizente. Então veja que conflito.

Aqui V.Sa. reclama da ANEEL. Lá, o Ministério Público, junto com o TCU, acham que a ANEEL não dá esses números. Chega-se até a cogitar que os diretores da agência — a maioria é oriunda do setor privado — evidentemente vêm do setor privado, vêm para uma agência reguladora, onde vão decidir quais são os aumentos do setor. Eu até disse ao Procurador: no Banco Central você tem a quarentena. Quando você é diretor, Presidente do banco, você tem uma quarentena de que xis dias você não pode atuar contra aquele setor do qual você foi presidente ou diretor. Mas ele deixa bem claro e dá a transparecer para esta CPI que é uma caixa-preta a ANEEL, porque o TCU não conseguiu entrar; e o Ministério Público e a Procuradoria Federal não conseguiram. E ele disse, com todas as letras, que a CPI vai ter dificuldades também de adentrar nesses dados da ANEEL.

Eu vi aqui várias reclamações. Quando a gente chega aos encargos, a CEAL não quer abrir mão dos impostos, porque o Governo Federal não abre. A Secretaria de Estado, com todo o seu direito, não quer abrir mão do imposto que está entre os 3 maiores impostos de receita do Estado, que também está defendendo os seus interesses. Por isso, quando se debate muito, Maurício, em Brasília, sobre reforma tributária, eu particularmente não acredito em reforma tributária que não seja pífia, porque o Governo já tinha que tirar o que tirou. Ele não vai abrir mão, dar mais nada para ninguém. Votou-se uma reforma eleitoral na semana passada que foi pífia. Então o Governo não vai liberar a carga tributária do tamanho que ninguém aguenta mais.

Agora, nesta semana, recebemos os Prefeitos em Brasília. É um caos o caso do FUNDEF e do FUNDEB, pelos quais o Governo garante o teto de 1.350, depois caiu a compensação, e tem que arrumar uma fórmula, porque quebrou o setor. Enfim, ninguém abre mão. Essa que é a grande realidade.

Eu gostaria de perguntar a V.Sa. qual foi o lucro líquido da CEAL, em 2007 e 2008 — líquido em dinheiro e em percentual. Por que faço essa pergunta? A CELPE



foi privatizada porque dava prejuízo. CELPE é a Companhia Energética de Pernambuco. Diziam que a companhia só dava prejuízo, porque o setor público é um setor... O setor privado tem mais... não diria nem competência, mas o público não tem gerência, vamos chamar assim. E a CELPE ganhou, de lucro líquido — está aqui —, em 2007, 308 milhões de reais. Em 2008, ela ganhou 466 milhões, no semestre, lucro de 21%, líquidos. Você tem uma empresa hoje que, tirada a carga...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO AUGUSTO FARIAS - No ano todo, 2 semestres. Exatamente.

Se você hoje tem uma empresa para ganhar 21% de lucro líquido, ela não tem gordura, tem supergordura. E por quê, se nós estamos aqui na dificuldade em que o maior gargalo chama-se inadimplência? E os investimentos? A inadimplência é a coisa que mais dói no bolso dos consumidores, daquele lá debaixo até nós, porque, na hora em que você faz o gato, eu estou pagando a minha e a sua. Está sendo diluído por todos nós. Essa é uma coisa que acontece não só em Alagoas. A gente vê isso em todos os Estados da Federação. Mas quem está gerindo a empresa é o responsável.

O consumidor não quer saber se a diretoria chegou agora, se tem 10 anos, 20 anos. Ele quer saber do bolso dele. E o mais triste que a gente vê é que, no caso de Alagoas, ainda tem um agravante. Além da perda do famoso gato, da perda, às vezes, por uma coisa ou outra, o boleto do consumidor não chega lá, e aqui tem esse setor... Eu gostaria também de perguntar, porque a sociedade precisava saber: quantas empresas estão calçadas em liminares? A CPI requisitou. Isso é de uma importância grande. A sociedade que está pagando por aqueles que não recolhem tem o direito de saber quem são esses. E para cobrar junto com vocês, porque nós somos representantes da sociedade. O Ministério Público é o representante da sociedade. E aqueles que não pagam...

A liminar é um instrumento de emergência, um mandado de segurança com pedido de liminar. E não pode a empresa, seja pública, seja privada, estar calçada anos e anos por liminares. Acho que seria muito importante... A CPI inclusive já requereu oficialmente à CEAL, para que nós tivéssemos esses dados, porque além da perda do desvio da energia, Alagoas tem empresas e empresas que, se fossem



recolher essas obrigações, com certeza absoluta, a ANEEL ia apertar mais ainda a CEAL para que houvesse redução.

V.Sa. apresentou, e nós tínhamos ali 7 milhões e 51 mil reais de receitas irrecuperáveis. Nós gostaríamos também de saber o que está dentro da receita irrecuperável, se essas empresas que estão calçadas numa liminar estão fora dos 7 milhões e que mutirão... A CPI quer... no sentido de se unir com a companhia energética, para que os inadimplentes consigam pagar.

O setor público não consome? Tem que pagar. Por que, hoje, no Governo Federal a maioria das Prefeituras estão conscientes, Sr. Presidente, de que, se não estiver em dia com o CALC, que é o SPC das Prefeituras, não recebem recursos? E as Prefeituras — evidentemente tem um percentual alto aqui em Alagoas, 50% — não podem receber recursos, mas 50% estão lá segurando os impostos porque, senão, ela não tem o investimento. Então todo o mundo aperta de um lado, e a CEAL precisa se pronunciar nesse sentido.

Nós não estamos aqui em busca de gestões de 10 anos atrás, de 8 anos, de 4 anos, para saber quem é responsável. Não. Nós não queremos solução. Nós queremos nos unir no sentido de que... Coincidemente, depois que esta CPI foi instalada, vários Estados diminuíram, através da ANEEL, a tarifa para o consumidor. Existe uma coincidência, mas ela é patente. No caso de Alagoas, ela é atípica, porque poucos Estados devem ter o número de empresas calçadas em liminares e que não recolhem. Quanto mais liminares, quanto mais empresas, quanto mais consumidores que não recolhem, mais pobres e classe A, B, C, D, E e assim sucessivamente estão bancando as empresas.

Não quero saber se a Prefeitura vai deixar ficar a praça sem iluminação à noite. Ela tem que pagar. Ela não consome? Porque se ela não paga, é o consumidor, somos nós todos que vamos pagar, principalmente aqueles da camada mais pobre. Não pode. O fato de ser Prefeitura, de ser Governo, de ser empresa com liminares... Eu acho que a gente podia, como representantes legais da sociedade, ajudar a CEAL, expondo caso a caso. Não tem segredo de justiça para a gente respeitar, porque teria que ser respeitado. A gente pode expor perante a sociedade quem é que está e por quanto tempo está calçado em liminares. Que a



gente possa fazer isso, porque o objetivo da CPI não é outro a não ser ajudar para que a gente tenha uma tarifa mais barata para o consumidor.

Seriam essas as minhas perguntas.

O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA - Obrigado, Deputado.

Com a lucidez do Deputado Augusto Farias, algumas questões relevantes vêm à tona. Eu me permitiria fazer um comentário sobre 3 diretores da ANEEL. Eu acho que alguns estão vindo da iniciativa privada, mas o Dr. Nelson Hübner, o Romeu Donizete e o Edvaldo são pessoas que eu conheço. Eu tenho 40 anos no setor. Eles vieram do setor público. O Romeu era da ELETRO NORTE; o Edvaldo era da ELETROSUL; o Nelson Hübner era da CEB de Brasília. Quero só ressalvar isso.

A questão do Procurador do TCU realmente é complicada, porque tarifa é um negócio complexo. Com todo o tempo de setor que eu tenho, às vezes a gente chega num momento em que tromba, tropeça, porque é realmente difícil. Mas, como eu disse aqui, na minha primeira intervenção, Deputado, eu acho que esta CPI vai fazer um bem enorme, porque vai conseguir uma forma de que expliquem essa tarifa de uma maneira didática e eficiente. Eu mesmo é a terceira audiência de que participo — e com muito prazer; eu acho que no que eu puder contribuir vou contribuir, farei questão de estar presente sempre. Mas as nossas apresentações — eu hoje estava vendo — achei muito técnicas. A primeira foi muito pior. A segunda foi um pouco melhor. Hoje foi melhor que as outras, mas ainda é muito técnica, muito pouco, eu diria, didática, sob o aspecto de a pessoa leiga, que não é do ramo, compreender aquilo; muito gráfico, muita coisa. Acho que vamos chegar a um ponto em que vamos ter uma forma mais razoável de nos fazermos compreender.

A questão da inadimplência irrecuperável, da mesma forma que nas perdas, a ANEEL reconhece uma parte da tarifa, e o restante é o acionista que paga. Então, dos 30% da perda, 20% está na tarifa; o consumidor que paga. E 10% é o acionista que paga. Na inadimplência, a ANEEL é muito mais severa. Ela só admite um pouco menos de 1% — 0,9% ou algo assim —, que é a receita que ela considera que não recupera. Por quê? Por dificuldade de cobrança: as pessoas mudam, às vezes ficam inadimplentes. Ela estima que um determinado volume as empresas, realmente, por mais eficientes que sejam, não conseguem cobrar, que são aqueles 7 milhões.



Todo o restante na inadimplência da CEAL está nas costas do acionista. Esses 200 milhões que estão aqui de estoque estão nas costas dos acionistas. Qual é o malefício que isso faz? Impede investimento.

A ELETROBRÁS, ao assumir essas empresas, está fazendo um enorme de um investimento, mas porque é uma empresa que tem uma forte conotação pública. O privado não faria isso. O privado... Não tem sentido, do ponto de vista privado, colocar 250 milhões por ano aqui na CEAL, porque não vai tirar esse dinheiro. Mas é preciso colocar, porque para fazer um serviço público dessa importância tem que ter um mínimo de qualidade.

A relação de liminares, a gente, claro, vai pedir para fazer um expediente para a CPI.

São quantas, Ariovaldo?

O SR. ARIOVALDO STELLE - São 26 liminares.

O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA - São 26 liminares que hoje nós temos. Vamos fazer uma relação, encaminhar, se possível, hoje ainda ou amanhã, e protocolar na CPI lá em Brasília.

E a questão do lucro. Recebi uma colinha aqui. Estou procurando aqui. Os universitários mandaram dizer que — o universitário se chama Cláudio Nilo —, em 2007, teve um prejuízo de 22 milhões de reais; em 2008, teve um lucro de 39 milhões. Mas esse lucro de 39 milhões se deveu muito a uma reversão de devedores duvidosos. Na contabilidade, você entra naquele cantinho lá do PDD, dos devedores duvidosos, e aí fizemos uma grande negociação com a empresa de águas do Estado, quando renegociamos toda a dívida do Estado. Essa dívida que estava como PDD — Provisão para Devedores Duvidosos foi revertida. Esse lucro se deveu principalmente a isso. Fizemos um acordo inteligente. Acho que o Dr. Maurício mostrou um brilhantismo extraordinário ao me gerar isso. Para o Estado foi um acordo excepcional. Todos os outros Estados estão buscando fazer esse acordo conosco, tal a relevância disso para o Estado. Com o acordo, parcelamos a dívida num número enorme de prestações, porque, na realidade, nos interessa ter as empresas de água — aqui é a CASAL — adimplentes, funcionando como deve ser, consumindo energia.



E também estamos fazendo um programa muito importante de eficientização dos equipamentos das empresas de águas. Estamos investindo mais de 10 milhões de reais somente para substituir todos os motores, de maneira que a CASAL possa consumir menos energia e ficar com mais condições de ficar adimplente. Essa reversão de provisão foi a que deu. Este ano, tenho uma informação aqui de que até o mês de agosto ficamos com o lucro próximo de zero, da ordem de 8 milhões, para uma empresa que tem um faturamento anual de 700 milhões, dessa ordem. Ele está me mostrando lá que é 6 não é 8. Seis milhões é — até agosto — o lucro nosso. Se não tiver essa confusão de tarifa, vamos terminar o ano um pouquinho acima do zero, o que é muito importante para a empresa.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO FARIAS - Sr. Presidente, que segredo é esse da CELPE? Veja bem, quando eu coloco, é até para eu mesmo entender. Eu não sou contra que empresário ganhe dinheiro. Ele investiu, ele tem que ter o lucro dele. Em absoluto, não estou aqui criticando porque a CELPE ganhou. Quero saber que mágica é essa que a CELPE tem 21% de lucro num ano, 21% de lucro no outro, e a gente a passo de tartaruga, no sentido do lucro que a companhia poderia ter. Essa equação é que gostaríamos de entender, no sentido de que a CELPE... Eu acho o lucro de 21% um lucro grande, alto. Empresário tem que ganhar dinheiro, mas acho o lucro de 21% alto, como também estou achando a CEAL com prejuízo. Essa que é a grande verdade. A CEAL tem esse prejuízo porque não teve investimento, porque parou no tempo e no espaço? A gente não entende o porquê de uma estar indo lá para cima e a outra lá embaixo. Evidentemente, ela está vindo com uma nova gerência, mas a gente fica de fato curioso, porque a CELPE teve um pulo desse, gigantesco, e a gente, patinando.

O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA - Não sei. Não conheço os balanços da CELPE, mas posso dizer que, por exemplo, se nós tivéssemos uma varinha de condão e, de repente, reduzíssemos a perda de 30 para 15, estaríamos tendo um lucro — a empresa — de 5% dessa perda. Hoje, o acionista paga 10, porque a ANEEL aceita 20. Temos 30, estamos pagando 10, e o consumidor, 20. No instante em que conseguirmos reduzir, ganhamos 5. Esse é um mecanismo que às vezes pode estar gerando uma distorção dessas, porque, na realidade, a remuneração regulatória, com toda essa regra, é de 10%, um pouquinho menos de 10% sobre... E



aí é uma coisa... Não é um grande negócio. Um negócio de capital intensivo etc., mas não é... Como negócio tem lá suas dificuldades. Mas precisava...

Tem também muita coisa assim, por exemplo: se eles renegociam um débito que está provisionado, ele se reverte. Não é um lucro de caixa, mas é um lucro contábil. Então essas coisas é que precisam ser vistas. Mas o lucro regulatório é um pouquinho inferior a 10%, que é uma coisa bastante razoável.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO FARIAS - Obrigado, Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Maurício Quintella Lessa) - Há alguma pergunta ainda a ser respondida? Satisfeito, Deputado?

Passo a palavra ao Deputado Chamariz para seus questionamentos.

Queria antes saudar o Deputado Sérgio Toledo, que acaba de chegar à Casa.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS CHAMARIZ - Sr. Presidente Maurício Quintella, em seu nome saúdo a Mesa, não deixando de esquecer do nosso Presidente Eduardo da Fonte e o nosso Relator da CPI, que têm contribuído muito ao nosso País. Quero parabenizá-los e dar as boas-vindas ao nosso Estado. Vocês são bem-vindo. Quero aproveitar também, em nome de Temóteo Correia, para saudar todos os Deputados e os demais presentes, amigos, a imprensa em nome do Senhor Jesus. Antes de eu me expressar, quer dizer que sei que muitos já conhecem a minha história e outros ainda não. Fui menino de rua e hoje estou na Câmara Federal, inclusive trabalhando e me dedicando para que o nosso País possa crescer e ter uma melhora. Quero aqui aproveitar a oportunidade para o meu desabafo. Quero dizer aos Deputados que o requerimento foi feito pelo Maurício, mas nós também fizemos juntadas e estamos nessa batalha junto. Não é só o Maurício, mas também os demais Deputados. Eu queria aproveitar essa oportunidade e relatar esse fato. Dizer o quanto também estou preocupado com essa tarifa de energia.

Eu queria fazer logo a pergunta ao Flávio, que é da CEAL, onde eu trabalhei inclusive 10 anos. Eu passei um tempo na CEAL e tenho um pouco de conhecimento. Na época havia o Joaquim Brito, o Paulão, sindicalista, batalhador, correndo atrás.



Hoje estamos aqui em outra posição. O maior interesse nosso é defender os consumidores. Eu não tenho sombra de dúvida de que aqui o objetivo maior é defender os consumidores. Eu achei bem interessante, eu vou fazer a primeira pergunta para o Rodrigo Cunha, Superintendente do PROCON. Ele relatou aqui que 367 consumidores foram fazer reclamações. Agora, queria saber qual a maior reclamação feita lá? Sobre o que mais o consumidor foi reclamar? Essa é a primeira pergunta.

A segunda é dirigida ao Presidente da CEAL, Dr. Flávio. Eu achei interessante tudo que está sendo debatido. A CEAL tem prejuízos, às vezes tem lucro, e a sua tarifa é uma das mais altas do Brasil. Isso não podemos esconder. É fato que o Distrito Federal não gera energia. Temos uma geradora em Alagoas. No Distrito Federal, o valor quilowatt/hora é 0,31 centavos. O quilowatt/hora é 0,31 centavos. Aqui é 0,57. A diferença é grande, é altíssima. A diferença está fora de qualquer realidade.

Outro fato. O Presidente Eduardo da Fonte, o Relator e todos os membros da CPI ouviram numa sessão quando eu alegremente, satisfeito, dei a notícia de que Alagoas tinha baixado a sua tarifa para 16.45, mais ou menos isso. Agora nesse mês, 16.45, foi baixa. E quando se pensa que não, vi o nosso Presidente sendo entrevistado e uma das jovens perguntando a ele: "Presidente, baixaram agora para 16.45, mas dizem que parece que já aumentaram. Vão tirar essa queda de valores?" E o Presidente disse: "Eu desconheço essa realidade". E agora, quando o Maurício estava dando a sua entrevista, foi bem claro e enfatizou aqui que parece que é realidade isso. Vai realmente voltar ao normal?

Eu quero saber se realmente vai voltar ao normal e por quê? O senhor como Presidente assumiu há quanto tempo? Está com 1 ano. Então, foi o senhor mesmo que deu essa baixa, e, de repente, o senhor mesmo a está tirando. Queria essa justificação, porque na realidade é até um pouco complicado para o consumidor. Nesse momento, creio que muitos já têm refeito alguns orçamentos dentro de casa, porque baixou a conta de energia, e já investiu em outras situações. Essa seria também uma pergunta nossa.

Não podia deixar de fazer esta outra pergunta, mas não quero tomar muito tempo porque foi bem delongado o nosso trabalho. Sei que alguns consumidores de



Alagoas perceberam e outros não. Acredito que deve até ter chegado a seu conhecimento, Presidente. Se não chegou, vai chegar agora. Existe um medidor analógico e um medidor digital. Esse medidor digital tem uma diferença. Foi feito um levantamento em Roraima, no Rio de Janeiro, e foi constatado que realmente ele tira a favor da empresa e contra o consumidor. Foi feito um levantamento nesses medidores no Estado de Alagoas? Eu queria também fazer essa pergunta.

Para terminar, gostaria de falar com nosso Secretário, o Maurício. Achei até interessante, Maurício, quando você disse para mim que é normal, mais ou menos está baseado o ICMS em todos os Estados. Eu queria dizer a você que não é bem assim. Na maioria dos Estados é 17%. Aqui, inclusive, eu queria até que você me ajeitasse e dissesse como é esse quebra-cabeça. Talvez seja uma falha até da CEAL, não sei. Há alíquota de 25% e alíquota de 27%, ou é 27% mesmo? Mas aqui eu tenho 2 contas de energia que estão em minha mão, uma com a alíquota de 25% e outra com a alíquota de 27%, que depois passarei à sua mão. Não entendi isso. Outra coisa que queria saber é que você disse que 2% vão para o consumo da COELBA. Isso é distribuído para onde?

O SR. MAURÍCIO ACIOLI TOLEDO - O Fundo da Pobreza é um fundo que tem destinação específica para o combate à pobreza, e não necessariamente tem um destinatário.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS CHAMARIZ - Certo. Bom, eram essas as perguntas que eu tinha a fazer. Espero que vocês possam responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Maurício Quintella Lessa) - Deputado Chamariz, eu pediria licença à Plenária para convidar o Deputado, antes de passar para o Presidente da CEAL e ao Dr. Maurício Toledo, Augusto Farias para ocupar a Presidência, porque infelizmente tenho um compromisso na cidade de Senador Rui Palmeira. Vamos abrir um evento lá com a presença de representantes do Ministério, e são 3 horas de viagem. Então, já comuniquei ao Presidente da CPI e ao Relator que eu me ausentaria.

Antes de me ausentar, eu queria apenas dizer uma coisa, Dr. Flávio Decat. Claro que é obrigação, é da competência de V.Exa. recorrer da decisão da ANEE. Quero aqui lhe dizer que esta CPI vai acompanhar *pari passu* esses movimentos. A gente entende que isso é uma conquista. Alagoas não pode retroagir. Existem



outras formas de compensar essa redução de tarifas, atacar as perdas, atacar a inadimplência e não atacar o consumidor. Sei aqui reconhecer os avanços da gestão de V.Exa. e também do ex-Presidente Joaquim Brito, que nos honra com sua presença.

Muito obrigado a todos pela presença. Peço ao Deputado Augusto Farias que assuma a Presidência da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Farias) - Passo a palavra ao Presidente da CEAL, para responder às perguntas do Deputado Chamariz.

O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA - Meu caro Deputado Chamariz, acho que V.Exa. tocou numa questão que acho que é da maior relevância e importância para um país que tem regiões tão diferentes como o nosso, que é: por que a tarifa da CEAL é mais alta do que outras tarifas, de outras concessões. Nessa diferença tarifária estão embutidos vários fatores, mas há um que acho que merece atenção especial, que é... Pelo fato de que a tarifa é uma metodologia de concessão de tarifa pelo custo, as concessões de regiões mais difíceis têm custos mais altos, evidentemente, e, portanto, tarifas mais altas. Essa é uma distorção do modelo que precisa ser corrigida.

O Distrito Federal tinha que ter a tarifa mais barata do Brasil. Por quê? Consumidores de grande poder aquisitivo, portanto, uma receita alta; carga concentrada, portanto, investimentos menores; e por estar concentrado, os recursos também podem estar concentrados e o Distrito Federal ter na sua empresa, que é a CEB, o menor custo de OIM, que, portanto, reduz a empresa de referência. Vamos falar do Piauí: tem 1.200 quilômetros de norte a sul, 250 quilômetros de largura e 224 Municípios. Claro que é um Estado que tem uma dificuldade maior do que Alagoas, que é menor, mais concentrado, e que tem 102 Municípios. Mas também no Piauí não tem litoral, que exige uma manutenção caríssima e muito frequente. Então, a característica da concessão leva a uma variação da empresa de referência, e, portanto, uma variação do custo da tarifa, o que teria que ser equalizado de alguma forma.

Vejam bem, eu não defendo equalização tarifária. Nós passamos por uma experiência de equalização tarifária que foi desastrosa, que beneficiou a ineficiência das empresas, mas alguma forma tem que haver que proteja principalmente as



empresas dos locais mais difíceis, e, portanto, mais pobres, daqueles que estão com concessões mais fáceis, mais tranquilas. Então, esse é um ponto que eu acho que a CPI tem um belo espaço para progredir no sentido de fazer com que haja um equilíbrio entre a definição dessas empresas de referência, equilibrando, porque não se pode ter o mesmo modelo para o Distrito Federal, para o Piauí e para o Amazonas.

Então, são coisas diferentes, são tratadas da mesma forma. Existe um modulador no modelo da ANEEL, que é um modelo computacional, mas que evidentemente não é suficiente para fazer esse ajuste. Com relação aos medidores eletrônicos, houve uma polêmica no Rio de Janeiro, porque as empresas de Niterói, especificamente — não é, Deputado Alexandre Santos, que mora em Niterói, e é um grande Deputado do Rio de Janeiro —, a AMPLA, que é a empresa concessionária de lá, colocou medidores eletrônicos nos postes e não colocou a informação dessa medição para o consumidor. E isso estava irregular. Então, hoje já se regularizou. Desde que tenha a informação para o medidor, um medidor eletrônico é tão bom ou melhor do que um medidor eletromecânico; ele é mais barato do que o medidor eletromecânico; ele é a prova de fraude.

No medidor eletromecânico é muito comum, uma das formas de fazer fraude é colocar o medidor para dormir, porque o medidor tem que ficar no prumo, porque o disco tem que estar absolutamente alinhado para gerar aquele discozinho que gira, e o sujeito põe para dormir, vira um pouquinho, e esse medidor passa a marcar menos. O medidor eletrônico não, se o sujeito abrir o medidor ele simplesmente quebra o medidor, ele não consegue fazer a fraude no medidor, ele destrói o medidor. É um medidor aprovado, não tem nenhuma diferença. A diferença que existe é que ele é sensível. Então, daí a importância da educação e do consumo eficiente de energia. Os pequenos *leds* de televisão, que ficam ali acesos dia e noite, dizendo que a televisão pode ser ligada ou não, ele consome energia. Ele não é suficiente para fazer rodar o eletromecânico, mas ele é sensibilizado para o medidor eletrônico.

Portanto, esse tipo de informação é vital, porque ninguém quer pagar energia para ficar com o ledzinho aceso na sua televisão, mas ele é perfeitamente legal, lícito e é muito mais barato. E, de novo, como a tarifa é pelo custo, se o medidor é



mais caro, quem está pagando pelo medidor é o consumidor. Não tenha dúvida. Sai da conta de energia. A geração no modelo, como foi mostrado ali pelo Dr. Nelson Leite, ela é um custo. Então, do ponto de vista do modelo hoje, tanto faz a empresa estar aqui ou acolá que ela compra energia, ela não pode ter geração de energia, mesmo que seja a mesma empresa, ter o mesmo dono...Por exemplo, a ELETROBRÁS tem empresa de geração de energia, mas não se mistura. Uma coisa são as concessões, e essa não pode ter geração própria. Eu tenho impressão de que esgotei, Deputado. Se não esgotei, por favor me avisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Farias) - Faltou alguma pergunta, Chamariz?

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS CHAMARIZ - Faltou só a pergunta do aumento, da baixa, não é, se vai realmente voltar ao normal ou se vai baixar mais um pouquinho.

O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA - Eu não sei dizer. O que posso dizer é o seguinte: nós temos obrigação de fazer um recurso administrativo à ANEEL, pedindo reconsideração de alguns itens. Se a ANEEL vai conceder, se não vai conceder, porque ela é absoluta. Depois disso tem a Justiça. Mas ela é absoluta, eu não sei qual vai ser o resultado. Mas pode ser que haja resultado se tivermos sucesso, o que na minha visão vai ser muito bom para a CEAL e vai ser muito bom para o consumidor da CEAL, porque a pior coisa que pode ter para o consumidor é uma energia que falha e que é de baixa qualidade. Esse é o pior dos preços.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS CHAMARIZ - E o prejuízo?

O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA - É, o prejuízo.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS CHAMARIZ - É a geladeira queimando.

O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA - É o prejuízo pior do que tem. Quer dizer, a minha preocupação é a saúde da empresa.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS CHAMARIZ - Sr. Presidente, mas o que levou para que acontecesse a queda dos valores? O que levou e agora o que justifica? Por que quer voltar ao normal?

O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA - Olha, foram 2 fatores principais que ocorreram nessa revisão tarifária. O primeiro deles foi uma redução da chamada



empresa de referência que a ANEEL define. A ANEEL definiu uma empresa de referência, que é essa a que eu estou me referindo. Quarenta milhões anuais a menos do que o gasto efetivo da CEAL. Veja, uma empresa que nós gastamos hoje por ano 188 milhões pagando o pessoal, pagando serviços etc. E a ANEEL diz: *Não, a partir de agora, vocês vão gastar 147 milhões*. Como é que nós vamos cortar 40 milhões, sendo que a maior parte disso está em pessoal? Então, esse é um fator importante e nós estamos na ANEEL para brigar com eles e dizer: *Não, espera aí, nós precisamos de uma empresa*.

Eu preciso de tempo, a empresa pode gastar 147 milhões, mas daqui a 4 anos, quando os serviços estiverem informatizados, quando as relações das agências..., nós tivermos uma melhor eficiência nas agências do interior, que, aliás, os Deputados aqui conhecem e sabem da agência. Hoje eu estive vendo uma série de fotografias das agências. Eu fiquei com vergonha, eu fiquei com vergonha de ser Presidente da CEAL, porque é um lixo. Quer dizer, o consumidor não merece ser atendimento numa agência daquele tipo, onde não tem cadeira, não tem ar condicionado, está tudo sujo, o banheiro é um horror. Mas tem que atuar para chegar numa empresa que seja uma empresa adequada, com um bom padrão de qualidade, de atendimento, nós precisamos de tempo. Esse é um dos fatores. A empresa de referência. O outro é perda.

A ANEEL, por força do TCU... O TCU fez um ofício para a ANEEL. Então, a ANEEL mudou tudo. No meio do caminho, ela mudou e considerou aquilo que tinha de ser feito 4 anos atrás e fazer agora, de repente. Também não existe isso. Quer dizer, ninguém faz mágica. Então, esses são 2 pontos relevantes que nós estamos considerando no nosso pedido de revisão dessa decisão da ANEEL.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS CHAMARIZ - Sr. Presidente, eu entendo aí. Agora, eu sei que vai ser um prejuízo muito grande para o consumidor, pois eles já estão aí calculando esse desconto, de repente, agora, de uma hora para outra, mudar. Eu entendo também, não sei se o senhor alcançou, aqui, na época, a CEAL ela deu alguns incentivos para que os funcionários saíssem da empresa. E isso inclusive, eu conheço bem essa história. Muitos colegas nossos perderam o braço, esses ainda foram aposentados. E eu sei quanto sofreram para chegar no que a CEAL chegou. Eu alcancei esse período, e inclusive o que me dói muito é ver



muitos companheiros terem construído a CEAL e hoje estarem desempregados. E hoje o consumidor, além de estar pagando por tudo isso, porque o consumidor, o que me dói mais ainda é dizer que o consumidor que tem que pagar pelos gatos, pelo desvio de energia, pela perda de energia. Eu acho isso aí um absurdo. Por que não pegar esses ex-funcionários e colocar eles para ir buscar o “caça-gato”, como diz aí o ditado? Aí a empresa ela vai dar emprego àquele funcionário que construiu a CEAL, que ajudou a construir a CEAL, e vai inclusive fazer com que muitos pais de família deixem de passar necessidade.

É uma reivindicação que eu faço a V.Sa. para realmente reaver essa situação. Acho que seria um ponto-chave para a gente correr atrás desse “caça-gato”, para que o consumidor não fique pagando. Já que realmente existe o gato, o próprio funcionário, o ex-funcionário, os senhores podem fazer um contrato com eles, podem ir atrás desse “caça-gato”. Que realmente os consumidores que estão pagando esses gatos parem de pagar. E quem tem a sua energia, que a pague.

O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA - A sugestão é interessante. Nesse movimento que nós vamos fazer, é importante que a gente faça mesmo, de recuperação desses consumidores que estão hoje fraudando a empresa, nós vamos ter muito dinheiro e vamos ter grandes contratos especificamente nessa linha de acabar com os clandestinos, acabar com as fraudes, acabar com os gatos. E aí terá, eu acho que é muito interessante. O ex-empregado da empresa tem conhecimento técnico e pode ser aproveitado aí. A ideia é interessante, sim. Podemos até fazer uma coisa específica de tentar orientar esses ex-empregados para essa situação, para os novos contratos que estão aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Farias) - Mais alguma pergunta.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS CHAMARIZ - Obrigado, Sr. Presidente, obrigado mais uma vez a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Farias) - Quanto a esse assunto da tarifa, Chamariz, para nós, o Presidente está na função dele de reivindicar à ANEEL, ele está gerindo uma empresa e vai ter um déficit de quarenta e poucos milhões. Cabe a nós torcermos para ele não conseguir para não onerar o consumidor.

V.Exa. fez outra pergunta para o Secretário Maurício, Chamariz, fez alguma?



O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS CHAMARIZ - Fiz para o Dr. Rodrigo, do PROCON.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Farias) - Vou passar a palavra para o Rodrigo, a fim de que responda a pergunta do Deputado Chamariz.

O SR. RODRIGO CUNHA - Respondendo a pergunta do nobre Deputado Chamariz, de acordo com os dados do SINDEC, que é o Sistema, que eu mencionei, Nacional de Defesa do Consumidor, que atua em todos os PROCONs de capitais e alguns municipais, no período de janeiro de 2008 a setembro deste ano, tivemos 367 reclamações. Desses, duzentos e cinquenta e quatro corresponderam a cobranças indevidas, abusivas também, em que o consumidor procurou o PROCON por não reconhecer aquele valor cobrado, por negar aquele consumo existente, relatar que só tem uma televisão, uma geladeira, um ventilador, e vindo valores exorbitantes. E também a discrepância de um mês a outro. Além do fato de ainda existir a cobrança por média, que é algo que a gente também não aceita, considera realmente algo abusivo, a não ser que o consumidor obstrua ao funcionário da empresa a fazer a leitura.

Fora essa situação, deve, sim, a empresa mensalmente aferir o medidor e cobrar o valor devido. Não é pelo fato, eu sei que existe uma resolução da ANATEL que permite, em até 3 meses, ele fazer uma média do consumo, mas isso onera o consumidor. Lógico que ele tem que pagar pelo que consumiu, mas às vezes ele não está preparado para essa situação. Então, ele procura o PROCON, já depois de ter procurado a CEAL e não ter tido sucesso, procura o PROCON e nós fazemos o trabalho que deveria ser do funcionário da CEAL. Fazemos uma conciliação, um acordo, e ele acaba pagando de forma parcelada. Repito que isso é um trabalho que poderia perfeitamente ser realizado no primeiro atendimento na CEAL, que corresponde a 70% das reclamações. Posteriormente, tem os problemas com dúvida sobre a cobrança, sobre o valor, o reajuste, o contrato e o orçamento. É mais ou menos o que a gente debateu aqui a tarde inteira.

O consumidor não entende esses reajustes, ele não tem acesso à essa informação, como também algumas situações, como o medidor que é roubado, que é cobrado, ele às vezes têm dificuldade de ter acesso, em saber o valor antes de solicitar. Algumas situações específicas. Em terceiro lugar, problemas, solicitação,



dizendo que houve algum dano material ou pessoal decorrente do serviço. Quer dizer, exatamente quanto à qualidade do serviço, a oscilação, a queda de energia que faz quebrar um equipamento, um computador, uma televisão, uma geladeira, e que ele também procura a CEAL. Não é que a CEAL se recuse, mas estou falando da qualidade do serviço pessoal que é oferecida nos postos de atendimento. Então, ele procura a CEAL, não tem sucesso; procura o PROCON, tem sucesso.

Então, é algo que a gente tem que mudar, e é inaceitável. Posteriormente, temos a situação que vem crescendo ultimamente — foi até uma surpresa para mim —: a recusa injustificada em prestar o serviço. Já tive relatos de moradores do Trapiche, do Vegel, em que o seu contador foi roubado; ele solicitou para que fosse instalado outro — ele paga por isso, lógico —, mas a empresa diz que só instala se colocar uma grade de proteção externa. Nisso daí, o consumidor assume o risco. Se colocou, instalou, roubarem, ele tem que comprar outro. Mas a CEAL não pode se recusar de instalar pelo fato de possuir ou não uma grade de proteção. Aí é algo que fica a critério do consumidor e ele assumindo os riscos. E outro número significante também são os consumidores de baixa renda que reclamam, que possuem todos os requisitos e que não estão fazendo parte desses benefícios, vamos dizer assim. E, às vezes, apenas com um esclarecimento, dizendo qual é o caminho correto, ele consegue ter êxito. Ou então os consumidores que estão nessa situação e que saem e argumentam que continuam possuindo os mesmos equipamentos eletrodomésticos, eletroeletrônicos que tinham durante 1 ano.

São essas as principais situações, ressaltando que tem mais de 16 variações, mas em números insignificantes. Então, estou também à disposição para a gente fazer a juntada no relatório.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS CHAMARIZ - Rodrigo.

Sr. Presidente, queria saber qual é a medida tomada pelo PROCON na hora em que o consumidor chega reclamando a respeito do medidor que foi roubado e a CEAL cobra pelo medidor e ainda coloca em xeque para que a pessoa possa realmente pôr uma grade de proteção.

Qual é a medida que o PROCON toma nessa situação?

O SR. RODRIGO CUNHA - Nessa situação, nós, por termos essa linha direta com a CEAL, entramos em contato praticamente com 2 prepostos que ficam à frente



dessa relação de tratamento ao consumidor e eles prontamente resolvem. Mas assim, quando ele, fragilizado, chega perante a empresa, ele não tem sucesso. É o que estou rebatendo aqui. Estou aqui com essas quase 400 reclamações. Só quarenta se transformaram em processos administrativos. Quer dizer, não foi resolvido no primeiro contato que o PROCON teve; e dessas quarenta, quer dizer, dessas quarenta e quatro; apenas quatro não foram resolvidas. Então, quer dizer que a CEAL tem a intenção de resolver. Isso foi demonstrado através de números, mas precisa realmente de uma melhor qualificação do seu pessoal. Essa é a opinião do órgão de defesa do consumidor de Alagoas.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS CHAMARIZ - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Farias) - Passo a palavra ao Secretário Maurício Toledo.

O SR. MAURÍCIO ACIOLI TOLEDO - A minha indagação aqui foi sobre uma conta que está com vinte e cinco e vinte e sete. O *layout* é da CEAL. Estou pedindo aqui permissão ao Deputado para levar as contas e poder explicar no momento seguinte, porque realmente eu não tenho condições de explicar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Farias) - Passo a palavra agora ao próximo Deputado inscrito, Francisco Tenório.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, quero cumprimentar todos na pessoa do Deputado Alexandre, Relator desta CPI, o qual hoje poderia estar no Rio de Janeiro, mas está aqui trabalhando, colaborando com o povo brasileiro, em especial o povo alagoano; Deputados Estaduais — Sérgio Toledo, Paulão, Timóteo Correia, também esteve aqui o Deputado Gilvan Barros, Fernando Toledo, nosso Presidente, Joaquim Brito —, Presidente da CEAL, a quem envio minhas homenagens.

Para começar, gostaria de dizer que lamentamos a forma como a CEAL hoje é administrada. Tínhamos aqui uma direção própria e o Presidente era o Joaquim Brito. Quando nós tínhamos problemas a resolver com a CEAL, sabíamos a quem procurar. Tínhamos a certeza de ir à CEAL e encontrar alguém que falasse em nome dela. E, hoje, com esse novo modelo administrativo da ELETROBRÁS, há uma diretoria única para vários Estados, salvo engano 6 ou 7 Estados, e quando a gente procura o Dr. Flávio Decat ele está em vários Estados. Não sei até como ele



consegue se resolver em casa com a família, porque um dia está num Estado, outro dia em outro, outro dia em outro. Sei que a situação é difícil, porque eu tenho um amigo pessoal que é membro da assessoria de V.Sa., o Dr. Vladimir, e dificilmente eu o encontro no mesmo canto, duas vezes na semana, a não ser que seja no avião. Imagine o consumidor que queira se dirigir à CEAL e procurar seu Presidente, seu Diretor Financeiro, Administrativo para resolver um problema. É seriíssimo.

Então, fica essa observação para que se pense em um modelo no qual possa a CEAL dar uma atenção mais de perto aos consumidores .

Na realidade, não quero aqui fazer muitas perguntas, até pelo adiantado da hora, mas quero fazer algumas reclamações, e, no final, algumas solicitações, alguns apelos aqui.

O Presidente do Conselho de Consumidores, ao falar, disse que esta Casa é um grande devedor da CEAL; que a Justiça é um grande devedor da CEAL; e que há mais grandes devedores. E quando a gente diz esta Casa, diz o Poder Legislativo de Alagoas, o Poder Judiciário de Alagoas, Prefeituras.

E, diante dessa afirmação do Conselho de Consumidores, se é que não ouvi errado, gostaria se solicitar à CEAL que encaminhasse a esta CPI a relação dos 100 maiores devedores inadimplentes, para que a gente possa tornar isso público e solicitar que façam seus pagamentos. Porque se a CEAL administra, vamos dizer assim, receita e despesa, tem que ver lucro, que é a nova filosofia da CEAL. E nós temos grandes devedores. Lógico, eles causam prejuízo aos pequenos consumidores, que passam a pagar uma tarifa mais cara. Também queremos solicitar que encaminhe a relação dos entes públicos — seja Poder Legislativo, Judiciário, Prefeitura, Estado, Secretarias — que devem à CEAL e que estão em situação de inadimplência. Porque quando você deve 1 mês, 2 meses, mas você está pagando, tudo bem; quando você tem um débito, mas que está parcelado, está adimplente. Mas quando você tem um débito, e está para lá, está por força de liminar, ou está de outra forma, a CPI precisa também saber disso para poder tomar as providências que venham a ajudar a CEAL a efetivar essas cobranças.

As afirmações, as informações que têm chegado a gente é de que o Brasil tem uma das maiores, vamos dizer assim, tarifas de energia elétrica do mundo. Aí,



possivelmente, o Dr. Flávio vai dizer o tamanho do Brasil, o nosso continente, mas também tem o tamanho da geração.

Alagoas tem uma das maiores tarifas do Brasil. E aí faço uma observação para o nosso Secretário da Fazenda. Como disse o Maurício Quintella, quando for o Governador do Estado, vai convidá-lo a ser Secretário da Fazenda. Eu reforço essa afirmativa do Maurício, porque sei da competência de V.Exa. Nós temos elogiado vossa competência desde a época que era Secretário da Fazenda do Município e hoje Secretário da Fazenda do Estado. Agora, faço aqui um apelo: que use essa competência também em favor do consumidor, do gerador de impostos, porque atualmente está um pouco esquecido. Veja bem. Somos um dos Estados mais pobres da Federação. Temos um dos piores índices sociais. Temos os maiores índices de violência. É público e notório que o grande índice de violência é em função da desocupação juvenil, da ociosidade juvenil. Essa é uma das grandes causadoras dos índices de violência. Não se assustem os convidados, porque também temos as melhores praias do Brasil. Temos as melhores belezas naturais do Brasil, quem sabe das Américas. É preciso também relevar os pontos positivos. Mas com esses piores índices de violência, Dr. Flávio e Maurício Toledo, temos o Estado mais caro, temos a energia mais cara, temos o combustível mais caro. É triste dizer isso. A gente viaja pelo Brasil, chega a Goiás e encontra o litro de álcool a 1 real, e o posto, quando quer fazer ainda uma promoção, coloca 0,99. Aqui em Alagoas o preço passa de 1,60. Em Alagoas, que é produtor de álcool, a gente paga mais caro. Álcool é energia também. Nós temos o combustível, qual seja, mais caro do que em qualquer outro Estado. Às vezes, vamos daqui para Maragogi e entramos em São José da Coroa Grande para abastecer o carro lá, que é mais barato.

Nós temos um problema seriíssimo. A cidade onde eu nasci, que é de fronteira, é Chã Preta. O comércio de Chã Preta praticamente não existe, porque as pessoas vão comprar em Correntes, que é a vizinha cidade de Pernambuco, onde o imposto é mais barato e as coisas são mais baratas. Não adianta montar uma loja de material de construção lá porque não consegue concorrer com o Município vizinho.

Ficam essas observações para que os senhores analisem, e um apelo para que pensem nesse pobre Estado. Tenho certeza de que uma parcela desse alto



preço que pagamos é decorrente do alto imposto que temos, do ICMS no Estado de Alagoas. Quando nós criamos o FECOEP — Fundo Estadual de Combate à Erradicação da Pobreza, era um fundo temporário, mas ele está se tornando um imposto definitivo, e a idéia principal dele é que seria sobre os produtos supérfluos. E energia é supérflua? Onde? Então, talvez até precisasse o Secretário da Fazenda analisar a composição do FECOEP para taxar realmente os produtos supérfluos, como perfumes, bebidas, cigarros, mas não energia e combustível. Aí estaria dando uma contribuição referente à redução desses preços.

Como já fiz a solicitação à CEAL que envie a relação dos 100 maiores devedores e dos entes públicos que são devedores inadimplentes, também faço esse apelo no sentido de pensar no Estado de Alagoas como um Estado pobre, carente, que precisa ter produtos acessíveis à população, pelo menos a um preço igual ao dos Estados vizinhos.

Quero finalizar agradecendo aos membros da CPI que aqui estão, aos Deputados de Alagoas, os Deputados de fora, o Deputado Eduardo da Fonte, que é o Presidente da CPI e grande idealizador desta CPI, que tem como objetivo estudar soluções que venham a tornar as tarifas de energia elétrica no Brasil mais baratas e que haja uma solução equânime entre os Estados brasileiros. Não podemos conviver com Alagoas com uma tarifa lá em cima e o Distrito Federal com a tarifa lá embaixo. Precisamos encontrar uma solução para isso, talvez um fundo de compensação energética, uma forma de equilibrar essas tarifas, porque isso gera desenvolvimento. No lugar onde se tem uma energia bem mais barata todo mundo se instala. No lugar onde se tem energia como a de Alagoas, qual é a empresa do Distrito Federal que quer montar uma filial aqui nessa situação?

Nós somos produtores de gás, toda vida se explorou o gás de Alagoas, e nós não temos uma indústria que queira se instalar aqui. Primeiro, porque não têm garantia de fornecimento do gás. Depois, porque temos um gás caro comparado a outros Estados que sequer são produtores.

Então, vamos pensar Alagoas de forma a baratear o custo das tarifas, principalmente das tarifas públicas em nosso Estado, para dar um desenvolvido que venha gerar emprego e renda e diminuir essas desigualdades sociais.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Farias) - Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Estadual Paulão.

O SR. PAULÃO - Sr. Presidente, Deputado Augusto Farias, gostaria de saudá-lo, em nome da CPI, e dizer que foi muito importante essa iniciativa. Logicamente, o requerimento é do Deputado Maurício Quintella e, nesta Casa, do Deputado Alberto SextaFeira, Líder do Governo nesta Casa, do PSB. Ressalto a importância de todos ao Deputados presentes. Cumprimento o Sr. Rodrigo, representante do PROCON de Alagoas; o Dr. Flávio Decat, Diretor-Presidente da Companhia Energética de Alagoas; o Sr. Geovani, representando o Conselho dos Consumidores; o Deputado Francisco Tenório, com quem tivemos uma convivência na gestão passada como Deputado Estadual; o Deputado Alexandre Santos, do Rio de Janeiro, bem-vindo à nossa terra; o Deputado Chamariz, colega nosso de trabalho; o Sr. Maurício Toledo, Secretário da Fazenda; e o Dr. Luciano Chagas, Procurador de Justiça representando o Ministério Público.

Queria saudar de uma forma destacada e com muito orgulho meus companheiros da CEAL. Tenho a honra de ter 33 anos de empresa, estou licenciado, mas não tenho dúvida de que os erros e acertos, principalmente os acertos, se devem a este grupo de pessoas abnegadas, que conduzem essa empresa importante, no passado uma empresa estadual que todos vocês conhecem, a não ser o Deputado Alexandre, que não teve oportunidade de ver essa realidade *in loco*, mas todos aqui conheceram a realidade de uma empresa estadual que teve muitas dificuldades, Deputado Alexandre. Empresas em situação gravíssima, de uso de uma forma exacerbada, contribuíram para a derrocada dela.

Depois veio uma crise, em que o Governo do Estado, exatamente no ano de 2007, por conta de 9 folhas atrasadas, a contrapartida foi a jóia da coroa chamada CEAL, e ela foi federalizada. Acho que esse foi um caminho importante. Acho que foram 2 fatos que contribuíram para a empresa não ser privatizada: esse fato e a ação do Plano Bresser, que o Presidente falou. Senão, possivelmente ela estaria idêntica às outras empresas, já que todos nós aqui acompanhamos esse processo que livrou a CEAL da privatização. Acho que o mérito é importante.

O Deputado Maurício Quintella, que fez contato conosco, apontou que estava havendo uma reação popular em relação à tarifa do setor elétrico no Brasil. Falava



com alguns companheiros, inclusive o Sérgio Toledo, que está aqui e que veio de outra atividade nos prestigiar, e queria fazer uma reflexão com a CPI. Pessoalmente, Sr. Presidente Augusto Farias, eu não conheço movimento em Alagoas em relação à mobilização da tarifa do setor elétrico. Aqui em Alagoas eu desconheço. Essa realidade pode ser nacional. Agora, a partir do depoimento que vocês fizeram, logicamente que a gente tem que ter sensibilidade, por mais argumento que seja utilizado pelo Presidente Flávio Decat em relação aos questionamentos, Deputado Chamariz, o modelo, a concentração de Brasília — eu sou do setor e conheço um pouco. Lá é totalmente diferente do ponto de vista operacional. É claro que a gente tem que discutir o processo. Ao discutir tarifa, eu acho que a questão é mais profunda.

No caso de Alagoas, a população cobra mais qualidade do que propriamente o índice tarifário. E hoje a questão da qualidade é forte, porque a má qualidade está atingindo tanto a parte nobre quanto a periferia e, principalmente, como foi constatado aqui, a zona próxima à praia devido a todo o processo operacional.

Então, a empresa, no processo de investimento, Presidente Flávio Decat, é fundamental. E gostaria que V.Sa. pudesse explicitar com mais detalhes — e já fez uma vez — se, a curto prazo, não for logo inaugurada a Subestação do Stella Maris, logicamente a gente vai ter um problema gravíssimo, Deputado Augusto Farias. Ponta Verde, que é um processo de verticalização, onde você tem uma residência, e, de repente, você coloca — pelo padrão da Ponta Verde, de acordo com o Plano Diretor — um edifício com 8 andares, no mínimo 32 apartamentos. Então, uma casa passa a ter 32 casas. Então, esse processo de verticalização é fortíssimo, e ele tem consequências na questão da água, da energia, etc. e tal..

Então, esses questionamentos são importantes a gente analisar. E digo isso como integrante do Governo Federal, com muito orgulho. Qual é a meta? Como é que andam esses projetos?

Recentemente, todos participavam de uma obra importante em Arapiraca, estratégica, que foi a subestação e a linha de transmissão. Então, no caso de Maceió, a gente não pode receber — o Deputado Francisco Tenório não está mais aqui — grandes indústrias, porque a CEAL não teria como dar resposta. Essa questão, para mim, é mais profunda.



E, no caso da ANEEL, o Deputado Augusto Farias, que tem caminhada mais longa na Câmara Federal, sabe muito bem que há uma discussão hoje na Câmara Federal e no Senado: deve-se manter esse modelo de Agência Reguladora implantado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, com grau de autonomia, onde foi questionado, mesmo com alguns 3 nomes — um, particularmente eu conheço, Pedro Nelson —, mas uma parte da composição com a cabeça de iniciativa privada, sem sensibilidade social nenhuma, e você não tem governabilidade, porque é uma Agência com mandato próprio. E o próprio Governo, o próprio Presidente Lula tem questionado. A gente tem que discutir um modelo estatal para definir a tarifa, voltando à questão das Minas e Energia ou própria ELETROBRÁS.

Então, quando é feito esse questionamento, ele é pertinente. Esse modelo de agência pode penalizar a CEAL, mas é a mesma Agência — não uma outra agência, por analogia — chamada ANATEL, que não tem quadro suficiente, é totalmente desmontada e não penaliza o setor telefônico. Deixo até para o Rodrigo um questionamento, uma pergunta. Eu acho que o maior índice de reclamação que você tem é no setor telefonia. O que é que a ANATEL faz com essas empresas privadas?

Então, não é um tratamento isonômico. A ANATEL, na realidade, não tem moral nenhuma com as empresas do setor telefônico do Brasil privatizadas. Nenhuma! Cabisbaixa, falando fino, miudinho, sem ter quadros concretos. E aí, de repente, você vê uma ANEEL com poder. Então, esse processo de Agência, a gente tem que começar a discutir.

A outra questão é a da ANATEL, falada pelo Deputado Francisco Tenório: o combustível mais caro do Brasil é o de Alagoas, e o de pior qualidade. E nós somos o segundo produtor de álcool no Brasil, no Nordeste. Aqui produz álcool, e o álcool é mais caro que Sergipe, que não produz, e é mais caro que na Paraíba, que não tem influência nenhuma. Qual é o papel da ANATEL? Tem um fiscal no Estado da Bahia, que cobre o Estado de Alagoas.

Então, a gente tem que discutir também — eu deixo uma sugestão para a CPI — qual o papel dessas Agências: devem continuar ou devem ter o modelo estatal. E aí volto para uma questão de fundo — que não resolve, concordo como Deputado Augusto Farias —, que é a questão da reforma tributária. No caso do Governo, o



Partido dos Trabalhadores não tem correlação de força dentro do Congresso Nacional para fazer reforma tributária.

A questão é a seguinte: é destino, origem. E quem dá o tom é São Paulo. Então, o Governo Serra não tem interesse de fazer reforma tributária, não tem interesse de distribuir. Essa questão recente do Governo Lula — aí eu tenho discordância com Maurício, quando diz que não tem a questão de projeto relativo ao fortalecimento regional. A refinaria de Pernambuco, que está sendo montada, que vai gerar 50 mil empregos diretos, foi uma decisão exclusiva do Presidente Lula, porque, se dependesse da visão tecnicista da PETROBRAS — e não é diferente, Deputado Augusto Farias, da ELETROBRÁS, porque eu sou do setor. Infelizmente, alguns técnicos têm uma visão tecnicista, aquele modelo ainda do período da ditadura militar, achando que quem dá o tom no Brasil é a técnica. Quem dá o tom no Brasil é a política. A técnica é atividade-meio, não é atividade-fim. Se dependesse dos técnicos da PETROBRAS, não teria refinaria de Pernambuco, ela seria uma extensão em Paulínia. E o Lula compreendeu a importância estratégica daquele processo.

Então, o que a gente percebe é que a concentração, na questão da reforma tributária, depende principalmente do Governo de São Paulo, já que a questão é consensual.

Aí, nessa linha, para discutir redução da tarifa, a redução da tarifa foi uma penalidade da ANEEL. E eu gostaria de fazer a pergunta ao Presidente Flávio Decat em relação à CEAL: perdas, arrecadação, etc. e tal.

Um dado concreto é que o Maurício fez um apelo para não recorrer. Ele disse que, por questão até de gestão, como também administrador — senão, prevarica, não é? —, ele vai ter que fazer essa dissuasão. Mas, além dessa realidade, que é o processo de hoje, que metas estarão sendo discutidas para evitar um processo que vai descapitalizar a empresa? Então, isso é fundamental. Essas são as metas que a gente tem que aprofundar.

E, nessa linha, têm algumas questões, que eu pensei que o pessoal da bancada federal de Alagoas fosse levantar, até porque tem uma relação maior com os Prefeitos. O acordo da CEAL e da CASAL foi importante, é verdade, no sentido de equacionar. E esse acordo foi um acordo de 20 anos, Deputado Augusto Farias.



A pergunta que é feita — V.Exa. que tem relação com nosso Prefeito — esse acordo os Prefeitos querem fazer também. E aí eu pergunto: por que a CASAL pode fazer com a CEAL e as Prefeituras não podem? Por que os outros consumidores não podem? Qual o tratamento isonômico no processo? Uma realidade.

E aí vai levar para a AMA, que tem o Luciano Barbosa, que é o Presidente, que está levantando esse processo, como Prefeito do segundo município mais importante — o próprio Senador Renan Calheiros tem uma influência no Ministério das Minas e Energia. Então, por que 20 anos para CASAL e, de repente, não ter o processo dos consumidores? Inclusive, isso aqui dá uma tese jurídica; o pessoal pode levantar essa situação. Claro, o contrato é bilateral, mas, de repente, pode ter uma brecha. Então, é uma situação que a gente tem que trabalhar com muita calma em relação a isso.

E, por último, em relação à questão da CEAL, eu também quero concordar com o Deputado Francisco Tenório, mesmo sabendo a importância que teve a ELETROBRÁS, que não queria criar Diretoria de Distribuição, que o titular é o Presidente Flávio Decat, e, ao mesmo tempo, 6 empresas no Brasil. Por mais que você tente trabalhar esse processo de colocar uma assessoria nessas 6 empresas, começa ter dificuldades. E aí a gente tem que levar, por analogia, o setor telefônico que foi privatizado. A ANATEL baixou uma norma, e as empresas hoje cumprem. Todas as empresas privadas do setor telefônico têm diretoria quotidiana nos seus Estados, com sede nos seus Estados. Isso é uma realidade concreta.

É verdade que o Presidente tem um grupo de assessores importantes, mas, infelizmente, a cultura é presencial, por mais que a gente não queira. Quando chega alguém nesta Casa, quer falar com o Presidente, quer falar com o Deputado, não quer falar com o chefe de gabinete.

Então, essa situação que o Deputado Francisco Tenório está levantando, deixo, Presidente — claro que a decisão não passa somente por ele, é uma decisão de Governo —, mas a questão da CPI eu remeto, Deputado Augusto Farias, com muita modéstia, para discutir essa questão presencial, no sentido de ter estruturas próprias, permanentes, de forma presencial.

Há outra questão — aí eu entro na questão do Estado, Secretário Maurício Toledo: o ICMS do Estado de Alagoas, do setor elétrico, é um dos mais altos do



Brasil. Isso não tem nada a ver com a CEAL, nem com o Governo Federal. Isso é competência do Estado. Tem algum estudo para baixar, congelar? Vou só dar uma informação, Deputado Augusto Farias. Com essa queda de tarifa que a CEAL sofreu agora, Presidente Flávio Decat, no Orçamento que recebemos agora, a Fazenda não fez nem previsão. Não consta previsão da queda tarifária da CEAL no Orçamento para o exercício de 2010. Sabem quanto é que a CEAL vai deixar de pagar o Estado no exercício de 2010? Em média, de 20 a 25 milhões. Não está no Orçamento que recebemos. Veja como está havendo um descompasso entre o Estado e a CEAL. Eu estou com o orçamento, já fiz a análise dele um pouquinho. Isso tem que ser corrigido; senão, ele vai ficar defasado. E é um dos ICMS mais caros do Brasil.

Mas vamos lá na questão da CEAL em relação ao Governo do Estado. O Governo do Estado, além de não ter feito previsão dessa queda tarifária, está penalizando a empresa há muito tempo. Todos os contratos de contribuintes que têm recursos processuais na Justiça, mesmo a CEAL sem receber, mas o Estado recebe ICMS — os grandes consumidores, como V.Exa. solicitou. O Estado recebe o ICMS. A CEAL está pagando, mas não recebeu. E quem são esses grandes? O setor do açúcar e do álcool. Quem é um dos principais inadimplentes da CEAL? O Grupo Seresta, do Governador Teotônio Vilela. Pergunto: será que o Governador Teotônio Vilela está tendo a responsabilidade de discutir o setor elétrico, de discutir a questão tributária, já que a Usina Seresta é uma das maiores devedoras do Estado de Alagoas? Grupo Toledo, o Senador João Tenório, do Grupo Triunfo, a Assembléia Legislativa, tudo com liminares. E, aí, como disse o Presidente, foi importante essa questão de a ELETROBRÁS deslocar a questão judicial, no sentido de fazer uma ponte com o CNJ, já que aqui no plano nacional o Poder Judiciário, infelizmente, não sai do lugar.

E aí eu pergunto: qual é o exemplo que podem dar esses grandes consumidores, principalmente o Governador, que tem uma simbologia? Ele pode dar exemplo para o pequeno consumidor para ser inadimplente? Aí, a CEAL, quando o consumidor não paga, “Operação Alicate”. Mas o Governador tem uma liminar com ele. Então, o grande problema é o setor econômico do Estado de Alagoas.



Outra questão grave do Estado: a tarifa de baixa renda que o Presidente Lula criou, que foi respaldado pelo Congresso Nacional, Deputado Augusto Farias. Até média 70 quilowatt, isento. Sobre essa isenção o Estado de Alagoas cobra ICMS. É outra anomalia. Como é que se faz um processo de pacto federativo, beneficiando o pequeno? O pequeno é isento de pagar uma tarifa maior, mas o Estado de Alagoas é unido, não abre mão, e entrou com ação contra a CEAL. Essa ação hoje está no montante de 40 milhões. Se o Estado de Alagoas ganhar, mais uma vez cacetada na CEAL. O Governador não paga sua conta, mas entra com ação.

O Estado de Alagoas deveria pagar a contrapartida do Luz para Todos — 10%. Nunca pagou um centavo. É um dos poucos Estados que não dá contrapartida ao Luz para Todos, e a regra é clara do Luz para Todos. Não paga um centavo.

No Governo anterior, do Ronaldo Lessa, foi criado o Fundo de Combate à Pobreza. Votei pelo Fundo e alguns Deputados da Bancada do Governo foram contrários — 2%. Tributando energia, cigarro, combustível etc., arrecada por mês em média 2 milhões e meio. O Governo Teotônio Vilela tem em caixa quase 50 milhões. Sabe qual o problema do Fundo? Falta de transparência. O Orçamento, ano passado, não constava nem da relação do Fundo. Eu tentei acessar a senha do SIAFEM, não consta. Qualquer cidadão que entrar, hoje, no Portal da Transparência e conseguir saber como é aplicado o Fundo de Combate à Pobreza, eu renuncio ao meu mandato. É muita propaganda e pouca ação.

Aí eu pergunto: e o Fundo, que tem um percentual de 2% sobre a tarifa? O Governo tem em caixa 50 milhões. Aplicando em quê? No leite? No programa das sementes? E os valores que até agora esta Casa não recebeu? Eu particularmente solicitei, não recebi, entrei com uma ação no Ministério Público — está tramitando. Peço, inclusive, ao Dr. Luciano para que o MP possa dar celeridade no sentido de acionar o Governo sobre isso. E isso está embutido na tarifa do processo.

A outra questão é relativa à questão de o Estado também estar cobrando a perda do ICMS. A CEAL está com uma perda alta, e você entra cobrando o ICMS.

Então, são questões que a gente tem de discutir com muita calma. Tem responsabilidade do Governo Federal? Sim, o Governo Lula; a CEAL têm responsabilidade, mas eu vejo que nesse processo, na visão limitada que tenho — acho que é importante rediscutir a tarifa, Deputado Augusto Farias, é fundamental,



sem dúvida nenhuma, pelo menos, o que eu percebo da sociedade, o clamor de Alagoas, eu acho, pode estar desfocado do projeto nacional. A cobrança daqui é por qualidade do serviço. E a qualidade do serviço, logicamente, passa por investimentos, por um processo de parceria.

Percebo a preocupação da CPI em relação a isso. Agora, eu não percebo parceria do Governo do Estado em relação à CEAL. Posso estar equivocado.

Então, seria importante que os meus questionamentos, principalmente os dirigidos ao Presidente da CEAL e mais ao Secretário da Fazenda, a gente possa discutir.

Só para o senhor ter ideia, enquanto vocês têm o privilégio de toda vez que tem um debate convidar o Mantega, o Meirelles, eles vão normalmente fazer qualquer debate na Câmara e no Senado, aqui, várias vezes, eu solicitei para a Secretaria da Fazenda, na época, Dra. Maria Fernanda Quintella Vilela, que era a titular, e, infelizmente, nunca um requerimento foi aprovado, porque ela tinha uma blindagem enorme nesta Casa. Eu não posso falar em relação ao Dr. Maurício, porque nunca foi com ele. Estou falando em relação à titular. Nunca veio um dia fazer prestação de contas em relação à gestão fazendária do Estado de Alagoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Farias) - Passo a palavra ao Sr. Presidente da CEAL.

O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA - O Deputado Francisco Tenório, que não está mais aqui, e o Deputado Paulão tocaram num ponto, que eu acho muito interessante, que é a questão da gestão a distância.

O Deputado Paulão menciona mesmo que a cultura é presencial. Mas a cultura pode ser ajustada. A eficiência precisa ser buscada. O Presidente da empresa não é para atender consumidor. Consumidor ou quem quer que seja que procure a empresa tem de ser atendido de forma adequada por uma representação correta. A capacidade operacional da empresa tem de estar integralmente colocada no local da sua área de concessão. Para fazer ou deixar de fazer algo na área operacional, não se pergunta ao Presidente. O Presidente é para planejar, é para conseguir recursos, é para dar orientação. E foi nesse sentido que o Presidente Lula



determinou que nós fizéssemos essa gestão conjunta, no sentido de orientar todas as empresas na busca da eficiência.

Eu acho, Deputado Paulão, que, com o tempo, as coisas vão se ajustar. Nós estamos fazendo um esforço enorme nesse primeiro momento, físico até, de buscar uma gestão muito presencial, o mais possível, viajando por este Brasil afora, nós todos, no sentido de atender exatamente a essa questão cultural. Mas nós estamos implementando instrumentos de gestão modernos, eficientes, que vão fazer com que as empresas do Grupo ELETROBRÁS tenham uma gestão por processo. Por exemplo, o Vladimir, mencionado pelo Deputado Francisco Tenório, hoje, coordena o Luz para Todos de todas as nossas empresas, dada a eficiência com que conduziu tecnicamente o Programa Luz para Todos aqui na CEAL.

Todos os processos têm um gestor. Esse gestor atua em todas as empresas de forma matricial; os diretores controlam esses matriciais. Nós estamos equipando as empresas. Acabamos de colocar, no mês passado, uma TV corporativa com 360 pontos de inserção nas regiões de concessão das empresas da ELETROBRÁS. Aqui, em Alagoas, são 81 pontos, se não me engano, que vão gerar uma eficiência muito maior do que qualquer gestão presencial, porque o homem, lá naquele seu cantinho, não vai ficar só no seu grupo, só no seu município. Ele vai poder falar com o presidente, com o diretor, com o seu gerente em qualquer lugar. Isso vai abrir as portas.

Essa TV corporativa, Deputado, é fantástica — e eu sou fã dela. Primeiro, nós agregamos uma grade de treinamento a ela, concursos de todo tipo. Então, nós vamos ter cursos específicos da atividade do empregado, que serão obrigatórios num determinado número. Para ter aumento salarial, eles vão ter que fazer esses cursos. Com isso, a empresa vai crescer. Tem uma série de outros cursos de desenvolvimento. Se o camarada quiser fazer inglês, francês, espanhol, o curso está lá, ele pode fazer. Excel, Word, o que seja. Por quê? Porque nós acreditamos que a CEAL só vai crescer com aquilo que o Deputado Paulão falou: se o pessoal da CEAL tiver qualidade, elã, motivação e crescer, porque, aí, a empresa cresce junto.

Estamos implantando também uma gestão eletrônica de documentos. Qualquer documento que entra é digitalizado e entra numa máquina, que



acompanha todo o processo, acabando com esse processo lento e arcaico de fazer um papel e esse papel sair circulando, de forma ineficiente.

Assinatura digital. Hoje, ainda sai o nosso querido Secretário, o Jorge, cheio de papel para assinar aqui, acolá. Isso está acabando. Esses mecanismos de gestão vão fazer com que a gestão a distância se modernize. O mundo inteiro faz isso, as grandes corporações fazem isso. Que ela possa ser feita com eficiência, que é fundamental, e respeite, evidentemente, as pessoas das empresas.

Outro ponto que o Deputado levantou e que eu acho importantíssimo é a questão da qualidade. Hoje, houve audiência pública em Manaus, feita pela ANEEL, com relação à questão tarifária. Cem por cento das intervenções foram reclamando da qualidade da empresa, da qualidade dos serviços de energia elétrica, coisa que não temos aqui. No dia em que a CPI for a Manaus, certamente, a questão será qualidade. Também ficou sem investimento durante muito tempo. E é uma cidade interessante, porque Manaus não foi concebida para crescer. É uma cidade no meio da selva amazônica. Então, o sistema básico de atendimento não foi um sistema potente, como, por exemplo, tem em Maceió. É um sistema frágil, é um sistema mal concebido, longos alimentadores, transformadores de grande potência. E saibam que a demanda da cidade de Manaus é exatamente o dobro de todo o Estado de Alagoas, comprimido, condensado, dentro de uma cidade apertada. Então, quando eu digo trocar o pneu do carro andando, aqui nós temos dificuldade; lá, inúmeras dificuldades adicionais.

Então, qualidade, a gente tem de buscar. Eficiência, qualidade, baixo custo, modicidade tarifária, mas não comprimir os custos da empresa a níveis não administráveis.

Nós estamos tendo problema sério na região de Ponta Verde, na região de Jatiúca, por conta do atraso da implantação da Subestação de Stella Maris. É uma das preocupações sérias da gestão. Nós tivemos dificuldade na compra do terreno. O proprietário do terreno quer um preço muito acima da avaliação que a Caixa Econômica Federal fez. Nós temos essa limitação para fazer a compra. De maneira que, neste momento, nós já acionamos a ANEEL no sentido de a ANEEL desapropriar aquela área, para que a gente possa construir a subestação. Tentamos



os terrenos próximos, mas é região difícil, não tem. De sorte que a coisa está nesse pé. E podemos mandar um cronograma para o Deputado com esses dados.

E esse assunto da Stella Maris está muito bem protegido, eu diria, porque nós temos um conselheiro que representa o Estado de Alagoas, que é o Dr. Evilásio. E toda reunião de conselho ele começa a intervenção dele perguntando: “*E a subestação de Stella Maris?*” Então, nós temos que dar a ele conta disso em toda reunião. A reunião foi esta semana, anteontem, nessa linha.

O Deputado pergunta também sobre metas, aliás, pergunta muito propriamente. Nós temos duas grandes metas. Uma é a meta da eficiência. Eficiência significa ser o melhor possível, com a melhor qualidade possível, dentro do menor custo possível. Nós estamos investindo, pela ELETROBRÁS, um enorme volume de recurso no sentido de informatizar as empresas, adequar as equipes, de maneira a melhorar o resultado operacional dessas empresas. No entanto, não é só isso. A CEAL tem hoje um patrimônio líquido de 135 milhões; tem um adiantamento, para futuro aumento de capital, pendente de 241 milhões; e tem 419 milhões de dívidas. Vejam bem: uma empresa que tem um patrimônio de 135, tem 419 milhões de dívidas. Completamente desestruturada sob o aspecto de capital, que é tão ou mais importante que o aspecto operacional. Tecnicamente, está falida. Ninguém quer essa empresa de graça. Tem que botar dinheiro do bolso para poder entrar na empresa. E nós estamos fazendo um estudo amplo no sentido de capitalizar toda essa dívida, esse adiantamento de futuro aumento de capital, de maneira a tornar a empresa CEAL, sob a ótica de estrutura de capital, uma empresa eficiente, que significa ter uma alavancagem de 50%, ou seja, dever somente metade do seu patrimônio líquido — o restante a ELETROBRÁS vai botar de capital — e ter uma capacidade de pagamento de dívida igual a, no máximo, duas vezes e meia a geração de caixa anual. Isso é uma empresa eficiente. Isso a ELETROBRÁS está fazendo com todas as 6 empresas, de maneira a torná-las empresas modernas, ágeis, com a capacidade operacional e equilibrada sob o aspecto de estrutura de capital. Essas são as metas estratégicas definidas pelo conselho da ELETROBRÁS.

E, por isso, é uma história interessante. Por que o Governo Federal fez isso? O Governo Federal fez isso porque a ELETROBRÁS fazia aportes de capital nessas empresas todas e as empresas davam prejuízo. E a ELETROBRÁS é uma empresa



de capital aberto e elege um conselheiro que é representante dos minoritários. E esse conselheiro passou a dar votos contrários a esse aporte de capital. Por quê? Porque, pela Lei das SA, uma empresa não pode fazer aporte numa subsidiária ou numa empresa que não dê perspectiva de retorno para quem investe. Esses votos foram parar em Nova Iorque, porque a ELETROBRÁS tem ações negociadas em Nova Iorque. E os acionistas americanos da ELETROBRÁS começaram a acionar os conselheiros da ELETROBRÁS, porque não poderiam estar aprovando aquele aporte. Por isso, a ELETROBRÁS parou de fazer aporte. O assunto foi para o Governo. Por isso, o Presidente tomou a decisão. Isso foi para o Governo, para o Presidente Lula privatizar — era uma alternativa. O Presidente disse que tinha um compromisso de não privatizar no Governo dele. A outra alternativa foi fazer uma gestão que pudesse, ao concentrar, dar volume a todas empresas e ser uma gestão integrada, poder dar resultado.

Então, finalizando, eu fico com o compromisso de encaminhar — por favor, meu pessoal, anote — a relação dos 100 maiores devedores, que o Deputado Francisco Tenório pediu, e a relação das inadimplências no Poder Público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Farias) - Passo agora a palavra ao Secretário Maurício Toledo para responder as perguntas do Deputado Paulão.

O SR. MAURÍCIO ACIOLI TOLEDO - Com relação aos 2% do FECOEP, apesar de não fazer parte, porque não foi abordada a tarifa em si, o valor dela, mas a destinação dela, ele não aparece no SIAFEM porque, até o ano passado, não tinha um código de recolhimento específico. E o Portal de Transparência tira do SIAFEM para colocar isso para uma outra linguagem com o público. Mas, o valor, a conta corrente específica, ele é arrecadado desde 2007. Então, existe uma conta específica e os gastos específicos do FECOEP são sacados dessa conta. O Ministério Público vai, com certeza, poder esclarecer no processo que se encontra naquela Casa.

A outra pergunta foi com relação a por que o Estado de Alagoas cobra, em determinadas ações que hoje são judiciais, algumas contas da CEAL. E o Deputado busca razoabilidade para justificar isso.

Eu vou buscar também a razoabilidade para saber que nós não estamos num processo tributário razoável. O Estado de Alagoas, por exemplo, paga 7,5% mais o



IGP-DI da sua dívida. Aí, eu pergunto: é razoável? E o princípio da razoabilidade é realmente reconhecido também pela União dentro desses exageros que existem nessas relações? É preciso uma reflexão muito maior dessas paridades.

Quando eu falei em desenvolvimento regional, eu não falei da vontade específica do Presidente da República; eu falei que faltam mecanismos institucionais que possam fazer o desenvolvimento regional; que, se assim fosse, talvez a refinaria estivesse no Maranhão, no Piauí ou em Alagoas, não descharacterizando todo o mérito do Presidente de ter trazido para uma região pobre, que é o Nordeste. E Alagoas não tem o que reclamar, porque a sua região de abrangência é muito melhor do que se ela fosse localizada em outro local. Não é, absolutamente, nenhuma crítica a instituição nenhuma; é uma rediscussão desse modelo de regionalibilidade, porque, se a gente não regionalizar o desenvolvimento, nós não temos base tributária. E, como a gente fala que no limite de um Estado para o outro ali está a divisão geográfica das suas obrigações, se eles não tiverem capacidades iguais, não vão fazer uma competitividade.

Essa reflexão vem pela reforma tributária. Claro que ela vem pela reforma tributária! Não estou aqui alegando que a reforma tributária seja de prioridade de A, de B ou de C. É da sociedade, quando tiver madura para poder discutir esse processo. É óbvio que esse processo tem que ter como gerente o Governo Federal, porque não existe desenvolvimento regional quando você trata da vontade dos Governos Estaduais. É preciso ter uma política com indicadores, para que você possa levar não só aquilo que se diria desenvolvimento regional do braço federal, mas também aqueles incentivos fiscais que poderiam levar determinadas empresas para determinados locais. Enquanto o ICMS for o processo do desempate, ele não vai competir com o que o Governo Federal poderia fazer com o desenvolvimento. E aí ele não passa a ser um processo federativo; passa a ser um processo estadual. E aí não tem jogo, dão dá liga o processo. Era preciso que a gente tivesse alíquota/destino menor, porque, aí sim, o Governo Federal poderia fazer uma indução de desenvolvimento. E aí não cabe nenhuma crítica a este ou àquele Governo, mas ao modelo especificamente.

Com relação às críticas pessoais, eu me reservo o direito de não respondê-las, mas apenas fazer o comentário que a sociedade precisa das suas instituições. É



preciso que haja um local onde você possa discutir as divergências. Se existe um local institucional para discutir divergências, esse é o Poder Judiciário. E há de existir esse local para a gente poder ter uma sociedade melhor organizada. Se unidade A, B ou C recorre a esse recurso, acho que ela está no direito dela. O Presidente acabou de dizer que houve uma perda de um processo, se não me engano, retificando, dizendo que parte dele era procedente, parte não era procedente. É para isso que existe todo o tramitar judicial, para que você possa trazer à razão e fazer a cobrança mais justa, independente da origem ou da procedência acionária de que vem aquilo. A sociedade precisa ter essas instituições e essas instituições precisam garantir o direito de todos.

Então, aí, em relação ao que foi citado, me reservo o direito de não fazer comentários, até porque não tenho procuração para isso.

Alíquota de 25%. Eu já disse que ela vem calculada no conjunto do ICMS. Não sei exatamente, porque não é a Secretaria da Fazenda que faz a projeção de receita: a gente apenas manda as receitas. Não sei como ela veio no Orçamento, se ela veio detalhada, mas a receita de ICMS tem uma matriz que você joga os dados ali dentro e, a partir dela, a gente informa a Secretaria de Planejamento, que faz o Orçamento. Realmente desconheço que isso venha ICMS a ICMS, destacado ou por grupo econômico.

Não saberia dizer se essa diminuição do ICMS está dentro ou não. Mas até tinha falado com o Presidente Flávio que é difícil você fazer receita. Vou colocar apenas um ingrediente. Quando isso saiu na imprensa, essa diminuição de tarifa, a própria CEAL deu a entrevista dizendo que ia buscar essa diferença, precisava buscar essa diferença nas inadimplências, porque a CEAL precisaria desse recurso. Se isso procede dentro da economia da CEAL, não há uma perda de receita. A perda que eu digo é a perda não faturada, porque a perda faturada é cobrada. Ela é cobrada pelo princípio do ICMS. O ICMS, como princípio, tem como guardião não o recebimento do tributo. Imagine se eu tivesse que fiscalizar uma determinada empresa pela nota fiscal que ela tira e que recebe. Ou será que teríamos que dar tratamento especial apenas à CEAL? Ou àquelas escolhidas por quem? Se uma determinada empresa vende a outra, ela tem o dever de cobrá-lo, e a eficiência de cobrança não quer dizer não houve a circulação de mercadoria. Tributariamente, é



difícil você fazer esse tipo de distinção, ou mais esse ingrediente para dificultar o resgate do que seria o tributo.

Outro princípio da arrecadação é que, se você isentou, é um ato de vontade seu — você está pagando por aquilo. Se você pactuar isso, e as duas Casas legislativas assim o isentarem, aí, sim, aquele tributo fica isento por completo. Mas isso não quer dizer que, se um determinado ente federado dá uma isenção, o outro ente federado tem a obrigação de acompanhá-lo, ou se ele lançar um programa esse programa deva ser acompanhado pelos outros. Então, se há uma isenção e isso é pactuado, a Fazenda não cobra.

E ainda há um processo de você poder ser acusado de não estar cobrando o imposto devido. Isso é uma ação de fiscal, que são servidores públicos cientes dos seus deveres. Se você perguntar a minha opinião pessoal, acho que realmente deveria existir uma sensatez melhor dentro do processo. Já reportei isso ao Presidente. Mas outra sensatez também deveria vir dentro dessa discussão federalizada do que é cobrança, do que é tributo, do que é obrigação do Estado, do que é paridade. Não podemos ter ainda na União grandes diferenças de arrecadação. Qualquer país que foi para a frente não deixou receitas regionalizadas distorcidas. Ela tem que ter complementação.

O FPE hoje não cumpre esse papel. Você não pode imaginar que, com um PIB 4 ou 5 vezes menor, o Estado de Alagoas consiga arrecadar para dar o mesmo tipo de serviço, porque é o PIB que vai fazer a contraparte, e aí você fecha a engrenagem. Primeiro, você faz a equalização das receitas, e pelo desenvolvimento regional, porque aí passa a ser um problema de todas as unidades, porque na medida em que esse recurso tiver sendo distribuído e complementado, você não está perdendo mais nada, você está precisando que aquelas regiões se desenvolvam, para que elas tenham menos complementação, e essa complementação, esse bolo da União possa ter serviços para a população equivalentes. Aí esse modelo é o modelo ideal. Como chegarmos lá? Dando o primeiro passo. Tentar bater um pouco mais na reforma tributária. É necessário isso. É necessário isso para que a gente tenha base e desenvolvimento. Uma base igualitária.



Se a União não tiver a possibilidade de, pelo braço dela, trazer algum desenvolvimento para a região pobre, não será o Estado rico que vai fazer. Não vai ser a vontade do Estado rico de transmitir receita para os Estados pobres.

Então, é preciso ter uma política nacional, ou nós vamos ficar rodando em cima do mesmo tema.

Não sei se eu deixei de abordar algum tema, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Farias) - *(falha na gravação) ...* convocados por intermédio da aprovação do último concurso. Aí a pergunta: "O quadro é suficiente? Quais as perspectivas nesse sentido? Novo concurso? Aumento de serviços prestados?" Essa é a pergunta que Sr. Geneson está fazendo ao Presidente da CEAL.

O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA - Nós temos concursados, mas eu não sei se eles serão suficientes para abastecer toda a necessidade dos quadros da CEAL. Nós fizemos recentemente o incentivo à saída — se não me engano, 162 pessoas se inscreveram. Alguns já saíram este mês e tem um escalonamento ao longo do tempo. Então, nós vamos preencher todas essas vagas com novos concursados. Agora, eu não sei se é suficiente, Jane, para fazer novo concurso. Quer dizer, tem o estoque de concursados suficientes? Não. Precisamos fazer.

A SRA. JANE TIBÉRIA - A instituição já foi contratada.

O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA - Falou aqui a universitária. Nós já licitamos; a instituição foi contratada e faremos um novo concurso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Farias) - Perfeito.

Osmar Santos pergunta: "Se a ANEEL está errada em reduzir tarifa, por que a CEAL não pede auditoria do TCU de 2002 até 17/7/2009, como fez a representação de Pernambuco, de 2002 a 2007, para chegar a aumentos que a nova diretoria julgue ser justo?"

O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA - Porque, na realidade, nós não temos discordância com a ANEEL em relação a dados. Nós temos discordância com a ANEEL em relação a conceito. Isso que é importante. A ANEEL entende um determinado conceito de redução da empresa de referência com o qual nós não concordamos. Não é em relação a dados. Por isso que não teria sentido uma auditoria.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Farias) - Muito bem.

O Félix Freitas faz uma para a CPI. “*A CPI vai sugerir ao Congresso Nacional, no seu relatório, a proposta de representação das tarifas de energia elétrica visando à redução da carga tributária, ou seja, através da reforma tributária?*” Levarei o requerimento para que a CPI aprecie o requerimento e tome uma decisão.

E a última pergunta é do Osmar Santos: “*O tema da tarifa de energia está circunscrito ao Estado de Alagoas. Muito do assunto enfocado é pertinente ao CONFAZ. Pergunta-se: na atual conjuntura, as tarifas são imutáveis?*”

O SR. OSMAR SANTOS - A pergunta é para o Secretário da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Farias) - Ao Secretário da Fazenda.

O SR. MAURÍCIO ACIOLI TOLEDO - Não. Tarifa não é imutável. Você tem todo o processo que você pode tarifar. Você tem a autorização legislativa e você tem o CONFAZ. O que você não pode fazer no CONFAZ é dar incentivo fiscal. Então, se você vai fazer incentivo fiscal, você não pode fazer. O resto é regulado pelo Código Tributário. Agora se ele perguntar se pode baixar tarifa, pode, tanto que há diferenças entre Estados.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MAURÍCIO ACIOLI TOLEDO - Não. É o que eu estou dizendo: ela pode ser alterada? Pode ser alterada, tanto que tem Estados com valores menores.

O que eu acho que precisa, e eu ia até solicitar ao Presidente se ele podia nos mandar, por falta de conhecimento pessoal, quais são essas tarifas para a gente poder fazer uma crítica maior sobre o processo como um todo. O que eu vi — eu tenho, por exemplo, aqui alguns Estados que consegui pegar na Internet — é que essa tarifa varia. Ela não é 25, não é 17, não é 10. Elas têm parcelas e volumes de consumo e destinatários que fazem com que sejam diferentes. Então, a gente precisa saber qual a base de cálculo da tarifa naquele Estado para que a gente possa saber o que de fato ela está tarifando; ou outra, qual é o percentual de arrecadação de energia elétrica sobre a arrecadação total daquele Estado.

Muitas das vezes, você tem um tipo de uso e aí você faz um tipo de cobrança. Quando a gente está colocando aqui, a gente está nivelando muito a tarifa, em tal local é 17, em tal local é 20. Não é assim. E, no relatório que eu tenho, há 25 para uns consumidores, 17 para outros consumidores, 12 para outros consumidores...



O SR. OSMAR SANTOS - Desculpe, Secretário. Eu vivenciei Brasília de 80 a 2000 *pari passu* toda semana, todo mês — um dos meus companheiros de bancada e de banco nos aviões era o Presidente Lula, a quem eu sempre apreciei pela sua postura. Agora, no CONFAZ, um dos executivos mais importantes é o Manoel, que foi meu companheiro: ele, no Banco Central; eu como Diretor de banco privado, exatamente no cargo que o Ariovaldo se intitula de Diretor de Relações Institucionais. Eu fazia, ao final de 37 anos, o mesmo trabalho dele e tenho uma noção de Direito Tributário de longa data.

O que eu quis colocar é simplesmente que nós estamos cuidando aqui na CPI do assunto Alagoas e não do assunto Brasil com um todo. E, em tocando no assunto Alagoas, a palavra que eu coloquei “imutável” foi o primeiro termo que me apareceu, mas é no sentido de inalterado, igual o Magri fez. Mas não haveria condições, dentro dos limites locais, de haver alguma alteração na circunstância, como o Paulão colocou de 2% a menos, coisa desse tipo. É só isso.

E eu gostaria de dizer ao senhor que eu fiz o curso a distância da Escola Superior de Administração Fazendária, curso de cidadania. Eu tenho uma noção de educação fiscal também.

Muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO ACIOLI TOLEDO - Desculpe-me. Quando eu estou respondendo, eu não sei a formação pessoal de quem fez a pergunta naturalmente e estou tentando explicar da forma mais clara possível. A pergunta, quando se responde, se responde para a plateia como um todo, e acredito que nem todos têm a sua formação.

Agora, você pode mudar, foi o que eu respondi. Se Alagoas pode mudar, essa é outra conversa, a que eu também já respondi. Essa é uma discussão que você faz dentro do Orçamento do Estado. Para que você faça a diminuição de tarifa, tem que vir à Casa Legislativa, tem de mostrar que, onde você vai cortar aquela receita, tem cortar aquela despesa. E isso aí você faz dentro desta Casa. Esta Casa é o local apropriado, por mensagem do Executivo, para que você faça esse tipo de reflexão.

Agora, quando se diz que Alagoas está com a tarifa mais elevada que as outras, aí você federalizou o processo, e aí nós temos que dar explicações de federalização do processo. Nós não podemos deixar de poder contar com a



oportunidade de conversar com a bancada federal para que ela possa fazer outras reflexões sobre daquilo que é uma distorção tarifária por causa do imposto. É uma oportunidade que nós temos de conversar aqui com boa parte dos nossos Deputados, para que a gente faça uma reflexão também nas divisões, porque, no final, alguém paga a conta. Toda conta é paga pelo contribuinte. Não tem outra forma. E a conta do Estado de Alagoas é desproporcional. E isso acarreta o quê? Cada vez mais penalizar aqueles que podem contribuir e, às vezes, aqueles que nem podem contribuir. É nesse sentido que eu federalizei o processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Farias) - Eu gostaria de agradecer, em primeiro lugar, ao Presidente da Assembleia, Deputado Fernando Toledo, e a todos que vieram aqui, tanto os assessores da CEAL como Deputados Estaduais e a sociedade em si.

Quero agradecer ao Presidente da CEAL por ter aceito o nosso convite, e, não só isso, mas respondido todas as perguntas possíveis, dentro do seu conhecimento.

Quero agradecer à presença do Secretário Maurício Toledo, que veio a convite desta CPI para esclarecer sobre o ICMS na tarifa de energia; agradecer ao Geolvani de Oliveira a sua presença e a sua colaboração; e agradecer ao Rodrigo Cunha pelo trabalho que tem feito à frente do PROCON.

Quero dizer que esta CPI, no final dos trabalhos, que se encerram no dia 28 de outubro, terá um relatório com um único objetivo: tentar diminuir a tarifa de energia no Brasil e, evidentemente, em Alagoas, que é o caso mais diretamente vinculado a nós da bancada alagoana.

Nada mais havendo a tratar vou encerrar os trabalhos, mas antes convoco reunião para o próximo dia 30 de setembro, na Câmara dos Deputados, com a seguinte pauta: às 12h, apreciação de requerimentos e, às 14h30, audiência pública com o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES.

Um abraço e muito obrigado.

Está encerrada a reunião.